



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

SAMBITE SANTOS CABI

**INSTABILIDADE POLÍTICA E MILITAR NA GUINÉ-BISSAU: PERCEPÇÕES
SOBRE O GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012**

REDENÇÃO

2017

SAMBITE SANTOS CABI

INSTABILIDADE POLÍTICA E MILITAR NA GUINÉ-BISSAU: PERCEPÇÕES SOBRE
O GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Humanidades apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas
Teixeira

REDENÇÃO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Cabi, Sambite Santos.

Instabilidade política e militar na Guiné-Bissau: percepções sobre o golpe de estado de 12 de abril de 2012[recurso eletrônico] / Sambite Santos Cabi. – 2017.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 52 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Curso de Bacharelado em Humanidades, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

1. Golpe de Estado. 2. Instabilidade. 3. Conflito. 4. Militares. 5. Civis. 6. Guiné-Bissau. I. Título.

SAMBITE SANTOS CABI

INSTABILIDADE POLITICA E MILITAR NA GUINÉ-BISSAU: PERCEPÇÕES SOBRE
O GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-
brasileira, como pré-requisito para obtenção do
título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____/____/ 2017

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profª. Drª. Andrea Cristina Muraro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Examinadora)

Profº. Drº. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Examinador)

Dedico este trabalho ao meu irmão mais velho, Silvino Santos Cabi, quem nunca me deixou sozinho nessa caminhada acadêmica e pessoal; de forma muito especial, ao meu pai, Fernando Santos Cabi, *in memoriam*, e às minhas mães, mulheres guerreiras, Maria Sabado Martins e Alda Barbosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me dado saúde, força e coragem para superar as dificuldades. Em segundo lugar, agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), principalmente ao Estado brasileiro pela oportunidade que me deram para fazer o curso superior. Não vou deixar de agradecer ao do Instituto de Humanidades e Letras dessa universidade pelo apoio recebido, agradeço também a todos os colegas e amigos da Unilab, Tamilton Teixeira, Tino Tamba, Manuel Nanque, Fernando Moura Mendes, Ianis Augusto Cá, Leni Mango, Dider Ié, meu Mano Lucio Sanhá, Canjura Djaló e toda a sua família pelo apoio e respeito. Estendo o agradecimento ao grupo União Desportiva de Luanda (U.D.L), aos meus irmãos, sobrinhos, primos, à minha cunhada Demina Bomba da Silva Nhaga, que sempre preocupou com os meus estudos, meus sinceros agradecimentos.

De uma forma muito especial, quero agradecer ao meu irmão mais velho, Carlos Nhaga, pelo apoio que sempre me deu nos momentos difíceis da minha vida, sem ele a caminhada teria sido mais difícil; e aos meus irmãos, que eu sempre admiro, Silvino Santos Cabi e José Pedro Gomes, à minha namorada, Sofia Lona, que sempre me ligava preocupando comigo.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor doutor Ricardino Dumas Teixeira, pelo empenho, pela dedicação e pelo sentido de humildade acadêmica e pessoal na orientação deste trabalho de conclusão de curso em Humanidades.

Desde primeira hora da nossa conversa, quando foi solicitado para a minha orientação, não obstante tivesse muitos orientandos, aceitou o meu pedido prontamente. Aprendi o que é o projeto de pesquisa, marco teórico e metodológico, bem como os procedimentos de coleta e análise de dados. Reconheço sua vontade em me orientar, de melhor forma possível.

RESUMO

O objetivo deste trabalho visa analisar as instabilidades políticas na Guiné-Bissau, tendo como recorte o golpe de Estado do ano 2012, que destituiu o governo democraticamente eleito sob a liderança de Carlos Gomes Junior, ex-primeiro-ministro guineense de maio de 2004 a novembro de 2005. Iniciou-se o estudo apontando a metodologia qualitativa utilizada para a recolha dos dados sobre as percepções que os entrevistados têm sobre o golpe de 12 de abril. O objetivo é confrontar as visões dos entrevistados com a literatura nacional sobre a temática conflito político, considerando os objetivos e as questões que nortearam a pesquisa qualitativa, quais sejam, as percepções sobre a instabilidade política, as percepções sobre a elite política e militar e as percepções sobre golpe de Estado de 12 de abril de 2012. Para alcançar tais percepções, utilizou-se a técnica de *Análise de Conteúdo*. É nosso interesse compreender, através de conteúdos manifestos e latentes, alguns aspetos da realidade guineense que teriam motivado os sucessivos conflitos, centrando-se na confrontação de autoridade legal do governo por parte de uma elite militar, na sequência de golpe de Estado de 12 de abril. O argumento defendido é que o golpe de 12 de abril teve várias faces, motivações, atores, interesses, seja eles militar e civil, com problemas de consolidação de Estado em satisfação às necessidades básicas da população. Leva ainda em consideração o passado colonial e o presente marcado pela presença de grupos geoestratégicos dispostos a controlar o Estado.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Instabilidade. Conflito. Militares. Civis. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The goal of this work is to analyze political instability in Guinea-Bissau, as a cut-off against the coup d'état of 2012, which overthrows the democratically elected government under the leadership of Carlos Gomes Junior, a former Guinean prime minister from May 2004 to November 2005. The study began by pointing out the qualitative methodology used to collect the data about the perceptions that the interviewees have about April 12. The aim is to confront such visions with the national literature on the political conflict, considering the objectives and the questions that guided the qualitative research, perceptions about political instability, perceptions about the political elite, military and perceptions about April 12. To achieve such perceptions, the Content Analysis technique was used. It is our interest to understand, through manifest and latent content, some aspects of Guinean reality that would have motivated the successive conflicts, focusing on the confrontation of legal authority of the government by a military elite, following a coup d'état of 12 April. The argument is that the coup of April 12 had several faces, motivations, actors, interests, which may be military and civil, with problems of consolidation of state in satisfying the basic needs of the population. It also takes into account the colonial past and the present marked by the presence of geostrategic groups willing to control the state.

Key-words: Coup d'etat. Instability. Conflict. Military. Civilians. Guinea Bissau.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
PALOP	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
UEMO	União Económica e Monetária do Oeste Africano
EU	União Europeia
CFA	Comunidade Financeira Africana
TGB	Televisão da Guiné-Bissau
PIB	Produto Interno Bruto
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U.D.L	União Desportiva de Luanda
EUA	Estados Unidos da América
BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
MISSANG	Missão de Segurança de Angola na Guiné-Bissau
CEFMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
RSDS	Reforma do Sector da Defesa e Segurança
BHU	Bacharel em Humanidades
IHL	Instituto das Humanidades e Letras
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Cassamance
FARP	Força Armada Republicano do Povo
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PRS	Partido da Renovação Social
UPLG	União da População Libertada da Guiné
UPANG	União Patriota Anticolonialista da Guiné-Bissau
JURG	Juventude Unificada Revolucionária dos guineenses
MLG	Movimento da Libertação da Guiné
FLING	Frente da Libertação Nacional da Guiné

FD	Frente Democrática
FDS	Frente democrática social
PCD	Partido da Convergência Democrática
PSD	Partido Social Democrático
PUSD	Partido Unido Social Democrático

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	METODOLOGIA PARA A RECOLHA DE DADOS.....	12
	Sistematização de dados.....	14
	Análise das informações do campo.....	15
2	CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU.....	16
	Guiné-Bissau antes da chegada dos europeus.....	17
	Colonização e a Conferência de Berlim: o sistema de roedura.....	18
	As resistências locais e as campanhas de mitigação colonial.....	21
	Unidade Guiné e Cabo Verde e a luta de libertação.....	23
	A independência e o fim da unidade: movimento reajustador de 1980.....	26
	Pós independência e o confronto político: 17 de outubro de 1985.....	29
	A democracia: quadro recente e retoma de tensões políticas.....	30
	Primeiras eleições multipartidárias: o conflito de 7 de junho de 1998.....	31
3	QUADRO TEÓRICO E CAMINHOS PARA ANÁLISE.....	32
	INTERPRETAÇÃO DE DADOS SOBRE 12 DE ABRIL DE 2012.....	37
	Visões sobre a instabilidade política.....	37
	Visões sobre a elite política.....	42
	Visões sobre a elite militar.....	44
	Visões sobre 12 de abril 2012.....	45
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a disputa política e militar em Guiné-Bissau, tendo como objeto de pesquisa o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, que destituiu o governo democraticamente eleito sob a liderança de Carlos Gomes Junior, também conhecido popularmente por Cadogo, que foi primeiro-ministro guineense de maio de 2004 a novembro de 2005.

A escolha deste tema para monografia motivou-se devido a algumas inquietações, por querer saber quais foram as motivações que fizeram com que a elite militar e política guineense mergulhasse no conflito de 12 de abril de 2012.

Para compreender as percepções do golpe de Estado de 12 de abril, é importante, num primeiro momento, contextualizar e analisar a formação geográfica e social de Guiné-Bissau a partir de três momentos fundamentais: formação dos impérios (anteriores à colonização), processo de colonização, luta de libertação nacional, independência e democratização.

No segundo momento, faremos uma abordagem da conjuntura política contemporânea guineense, pós independência, focalizando-se no primeiro golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, liderado pelo general guineense João Bernardo Vieira.

No terceiro momento, debruçaremos sobre o conflito de 7 de junho de 1998, pós multipartidarismo, um levante militar que durou onze meses, comandado pelo então Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, líder guineense da Junta Militar. Em seguida, procuraremos compreender as motivações de sucessivos conflitos políticos e militares na Guiné-Bissau, as percepções sobre a elite política e militar e os entraves decorrentes de conflitos internos desse país misturados com os grupos geopolíticos regionais e internacionais a partir de dezoito (18) pessoas entrevistadas e, com isso, traremos as considerações finais das principais questões centrais analisadas. O argumento central defendido pelos entrevistados é que o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 teve várias faces, motivações, atores e interesses, sejam eles militares e civis, sejam problemas de consolidação de Estado em satisfação às necessidades básicas da população. Os dados revelam o passado colonial na configuração do Estado pós-colonial e o presente marcado pela presença de grupos geoestratégicos e geopolíticos dispostos a influenciar o Estado guineense.

1 METODOLOGIA PARA A RECOLHA DE DADOS

A metodologia deste trabalho baseia-se na pesquisa qualitativa para aferir aspectos qualitativos sobre o golpe de Estado de 12 de abril de 2012. É nossa pretensão compreender as percepções e as motivações que teriam conduzido esse golpe de Estado contra o regime de Carlos Gomes Junior. Segundo Gil (2010), a pesquisa qualitativa preocupa-se não com representatividade numérica, mas sim, com a análise dos dados recolhidos no campo para compreensão de um grupo social, de uma organização ou do funcionamento de uma sociedade.

Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista da ciência aplicado ao estudo da vida social. Na pesquisa qualitativa o sujeito é ao mesmo tempo o objeto da sua pesquisa porque o conhecimento do pesquisador sempre é parcial e limitado. Neste sentido a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspecto da realidade que não podem ser mensurados ou quantificados pela técnica da pesquisa quantitativa, que prioriza a explicação em detrimento da compreensão dos dados ou pressupostos (SILVEIRA; CÓRDOVO, 2009, p.31).

Na pesquisa deste trabalho foram entrevistadas dezoito pessoas, entre as quais professores, estudantes, ativistas sociais, militares e juristas, sendo três de sexo feminino e quinze de sexo masculino. Entre esses entrevistados, um (1) reside em França, um (1) em Lisboa, um (1) em Bissau e quinze (15) em Brasil.

Durante a fase do tratamento material sobre o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, procurou-se estabelecer uma relação com os interlocutores/entrevistados da pesquisa para compreensão da dinâmica das relações de poder e alguns aspectos da realidade a partir de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes sobre a temática, a fim de compreender e interpretar a percepção que os entrevistados têm desse golpe de Estado.

O objetivo geral do presente trabalho é:

1. Compreender alguns aspetos da realidade guineense que teriam motivado os sucessivos conflitos, centrando-se no afrontamento de autoridade legal do governo de Carlos Gomes Junior por parte de uma elite militar das Forças Armadas, na sequência do golpe de Estado de 12 de abril de 2012.

E os objetivos específicos são articulados com o objeto de pesquisa, o problema e a compreensão que se tem dele (do objeto). Assim, elaboraram-se as seguintes questões qualitativas referentes aos valores e às percepções dos entrevistados para operacionalização de categorias para análise.

Os objetivos específicos são:

1. Qual é a sua percepção sobre a instabilidade política na Guiné-Bissau?

2. Qual é a sua percepção sobre a elite militar?

3. Qual é a sua percepção sobre a elite política?

4. Qual é a percepção sobre o golpe 12 de abril de 2012?

Para o levantamento dos dados da pesquisa, adotou-se a técnica de entrevista semiestruturada, a qual é o procedimento metodológico utilizado para extrair informações e evidenciar uma variedade de significados sobre a temática. Para Gil (2010), as entrevistas podem ser classificadas por *pautas* de forma estruturada dependendo do interesse que o pesquisador vai explorando ao longo da entrevista. É o nosso interesse estabelecer relações entre *pautas*, articulando os objetivos, as questões de pesquisa e o caminho metodológico para análise de dados. Na análise de *pautas* e questões:

Procura-se captar as preocupações e visões latentes individuais ou coletivas, as representações sociais, as ideologias, as crenças, isto é, aquilo que se convencionou chamar de *análise de contingências* para representação e interpretação de quadro de redes ou núcleos de significados sobre a temática (GIL, 2010, p. 209).

No entanto, a entrevista *informal* é menos estruturada. Ela discute um tema bem específico, em que o entrevistado é permitido falar livremente sobre o tema, sem se perder do foco da entrevista. Nesse sentido, a fim de captar as motivações, as percepções e os significados do golpe de 12 de abril de 2012, foram levadas em conta as experiências e os contextos nos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Para Gil (2010), a entrevista informal é uma técnica importante para confrontação teórica e descrição analítica, isto é, ela é essencialmente uma forma de interação humana.

Por sua vez, a entrevista *focalizada* consiste em uma técnica livre como a entrevista informal, em que o entrevistado é facilitado a falar livremente sobre determinado assunto, realçando um tema bem específico (nesse caso podemos enquadrar o tema deste trabalho, que é golpe de Estado de 12 de abril de 2012) também conhecido por entrevista temática. Na pesquisa, essa técnica nos permitiu esclarecer algumas incertezas a partir da interação com os entrevistados, o que nos permitiu a compreensão de contextos culturais, políticos e sociais para além das questões de pesquisa, trazendo à luz novas questões.

As principais categorias que serviram de base para nossa análise são visões sobre: a instabilidade político-militar, a elite política e militar e o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, as quais foram definidas por acreditarmos que possam oferecer uma percepção mais relacional sobre a temática.

No primeiro caso, visão sobre a instabilidade político-militar, procurou-se compreender a percepção que os entrevistados têm sobre os sucessivos conflitos internos na

Guiné-Bissau. Isto porque, já concordando com Teixeira (2010), nesse país a autonomia dos militares com relação ao poder civil é muito presente em todas as instâncias do governo.

No segundo caso, visões sobre as elites política e militar, parte-se do princípio de que a questão de instabilidade envolve atores políticos, isto é, lideranças da classe dirigente do país. E o funcionamento do sistema democrático tem nessas lideranças um dos atores fundamentais na disputa política, daí a necessidade de se entender a visão que os entrevistados têm sobre as ações e atuações dos políticos guineenses.

Já no terceiro e último caso, visões sobre o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, objeto da nossa pesquisa, há que considerar a presença de atores ou grupos geoestratégicos e geopolíticos e suas relações com os governos de transição, sempre que acontece um novo golpe de Estado na Guiné-Bissau.

Sistematização de dados

Após a recolha de dados, definições de pressupostos do contexto da pesquisa, organizações dos dados, procedeu-se à definição das categorias que serviram de base para nossa análise. Para Bardin (1977), nessa fase é importante considerar alguns padrões de falas e de práticas, formas de pensamento, regularidades bem como tópicos ou pressupostos presentes no processo de categorização ou codificação do material recolhido.

Para ele, a categoria constitui um elemento de classificar os dados descritivos recolhidos pelo pesquisador, de forma que se possa estabelecer relações, determinação de questões de pesquisa que dão origem a determinadas categorias em que *códigos* de contexto são contextualizados. Outro elemento é a definição da situação, que consiste na organização de dados, a fim de captar a percepção que os sujeitos têm do mundo e a forma como estabelecem relações entre si: o que é que eles percebem? Como percebem? Como definem aquilo que percebem? Como participam na vida social? Que tipo de participação e quais as formas de pensamento compartilhado por todos ou alguns sujeitos em sociedade?

Na nossa pesquisa, o modelo conceitual leva em consideração três categorias, quais sejam: visão sobre a instabilidade política, visão sobre a participação da classe castrense (os atores dos sucessivos golpes) em conflitos na Guiné-Bissau e, por fim, visão sobre o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, que destituiu Carlos Gomes Júnior do cargo de primeiro-ministro guineense. As categorias definidas para análise foram fundamentadas nos autores apontados no marco teórico, para sustentação da pesquisa, em articulação com os objetivos e as questões propostas.

A categorização de dados no campo da pesquisa qualitativa leva em consideração os aspectos das entrevistas, as opiniões, visões e os conhecimentos recolhidos dos entrevistados sobre o golpe em causa. Para análise do material coletado, utilizou-se a *Análise de Conteúdo*, articulando os objetivos da pesquisa, as questões da entrevista, as categorias da análise e a técnica da pesquisa. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo, no âmbito da pesquisa qualitativa, pode ser definida

Como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter conteúdo que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produções, recepção e aproveitamento destas mensagens, isto é, é uma técnica de pesquisa para descrição objetiva do conteúdo manifesto e latente das comunicações a fim de interpretá-las contextualmente (BARDIN, 1977, p.206).

É a partir dessa técnica de análise de conteúdo das entrevistas que procuraremos estabelecer as relações entre as questões da pesquisa e o entendimento que os entrevistados têm sobre o golpe de Estado de 12 abril de 2012, o qual propusemos analisar a fim de compreender os motivos que estiveram na base de instabilidade política na Guiné-Bissau.

Análise das informações do campo

Após o recolhimento de dados, sistematização, categorização dos três momentos que marcaram a formação social e política de Guiné-Bissau, passamos para o momento de análise de dados sistematizados. Três momentos marcaram a análise das informações do campo. No primeiro momento, procuramos entender as percepções sobre os sucessivos conflitos nesse país. No segundo momento, buscamos analisar a percepção que os nossos interlocutores tiveram sobre a elite militar guineense. É nosso interesse compreender o lugar que os militares ocupam e suas relações com a classe política. No terceiro e último momento, procuramos entender as percepções sobre o golpe de Estado de abril de 2012, que derrubou o já ex-primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Junior, alegadamente devido à sua candidatura às eleições antecipadas para a presidência da República guineense, tendo sido ele, também, presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

2 CARATERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau, com uma população total estimada em 1.514.451 habitantes, é subdividida em oito regiões, trinta e seis setores, um setor autónomo, de Bissau, e seções, situando-se na África Ocidental. É limitada ao Norte pelo Senegal; ao Sul e ao Leste pela Guiné-Conakry e à Oeste pelo Oceano Atlântico, sendo um dos menores países africanos, possuindo uma superfície de 36.125km².

A população feminina tem-se constituída como a mais elevada da Guiné-Bissau: em 2016, correspondeu a 788.111 habitantes, enquanto que a população masculina é estimada em 740.981. A economia guineense é baseada na agricultura e pesca. Em 2015, o PIB correspondeu a 639.116 milhões e com investimento público anual de 16,2%, muito abaixo do esperado. Apesar de baixo investimento do Estado, a taxa de inflação anual é de 2%, devido à inserção do país na zona da integração regional (UEMOA) - União Económica e Monetária Oeste Africana -, que tem em comum o franco CFA, uma moeda única, criada pelos chefes de Estado e de governo da África Ocidental.

Na Guiné-Bissau, o português é língua oficial, mas a maioria da população fala, como primeira língua, várias línguas que abrangem uma grande variedade de etnias guineenses. As principais línguas faladas nesse país são balanta, baiote, manjaco, mandinga, brames ou mancanhas, banhus, cassangas, felupes, fulas, bijagós, nalus e papel. Além dessas línguas, existem outras faladas por etnias minoritárias, tais como bagas, bambaras, cobianas, conhaguis, jacancas, jaloncas, landumas, padjadincas, quissincas, saracolés e sossos, espalhados por várias regiões e setores (DJALÓ, 2012; LOPES, 1999, p. 68).

Entretanto, o grupo étnico majoritário é dos balantas, que se concentram no sul e norte do país. Os grupos fulas e mandingas, juntos, constituem hoje um pouco mais da terça parte da população guineense, e a sua religião, a muçulmana, é a mais praticada em Guiné-Bissau por causa de forte presença dos impérios africanos subsaarianos.

Na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau, concentra-se maior parte dos manjacos, que, embora não dispomos de dados concretados, parecem representar, hoje, maior parte da população imigrante do país. E, na região leste (Bafata e Gabu), quase a maioria dos setores, divididos em secções, são povoados por fulas e mandingas.

Há que considerar, na atualidade, o grupo dos “mestiços”, urbanos e católicos, de ascendência africana e europeia, um pouco mais numeroso do que o grupo dos “brancos”, constituído por indivíduos que nasceram em Guiné-Bissau no tempo colonial e optaram por permanecer no país; após a independência, mantiveram as nacionalidades guineense e

portuguesa. Há uma grande concentração na administração das regiões, dos setores e das secções no governo central do setor autónomo de Bissau. Isso porque a descentralização do poder local, fixada no processo de abertura democrática em 1991, ainda não ocorreu.

O presidente da República da Guiné-Bissau é o chefe de Estado, e o primeiro-ministro é o chefe de governo, eleitos pelo voto popular. Existem três poderes estatais instituídos no país, que são: legislativo, executivo e judiciário. Este último é supervisionado pelo Supremo Tribunal de Justiça, composto por nove juízes, nomeados pelo presidente da República.

A Assembleia Nacional Popular (ANP), composta por cem membros, é eleita nos círculos eleitorais, por um período de quatro anos. Todavia, o sistema de administração local continua centralizado nas regiões, nos setores e nas secções e controlados pelo partido vencedor das eleições no poder, a escolha de lideranças locais dá-se mediante a fidelidade política. E são eleitos por influência local que exercem.

Guiné-Bissau antes da chegada dos europeus

O território que hoje abrange a Guiné-Bissau foi inicialmente habitado pelos povos organizados em “Impérios” ou “Estados” subsaarianos antes da chegada dos europeus, significando ora um sistema de governo, ora um modo de centralização/descentralização administrativa. O país passou por momentos históricos distintos, antes de se constituir efetivamente em uma colônia de Portugal.

Segundo Leila Hernandez (2002), um dos principais fatores que possibilitaram as organizações sociais e políticas na África pré-colonial teria a ver com trocas comerciais regulares que deram origem ao desenvolvimento de redes comerciais internas, culturais, religiosas e políticas desde o século VII, chegando ao apogeu no século XII.

Na região sudanesa, por exemplo, composta por aristocracias guerreiras de formação político-militar, vale atentar para a presença do Império de Gana, que dominou a África Ocidental durante o período da Idade Média, constituído por povos berberes, de origem senegalesa e da dinastia dos Mangas, derrubados pelos soninquês sob domínio de Kaya Maghan Sisse. Gana entra em declínio em 240, perdendo consequentemente sua reputação econômica.

Em seguida, no período de 1230 a 1600, surge o Império do Mali, que existiu na África Ocidental. Descrito como um Estado rico durante o seu apogeu, os Mansas do Mali, “donos do poder”, construíram amplas redes de relações de domínio na região. As famílias

pagavam tributos para o Estado/Mansa por meio do trabalho do trato de escravos, isso marcou a formação de estruturas sociopolíticas do Império maliano.

Todavia, é impossível entender tal formação social do Império do Mali somente pelos aspectos relativos puramente à escravidão. Hernandez (2002) ressalta em seu texto o papel que o comércio teve entre povos mestiços islamizados e negros, responsáveis pelas transações de longa distância, seja por revezamento, seja também pelo tráfico em rede de grupos especializados no mercadejo. A partir do século XIV, o Império do Mali existiu desde o período de 1300 a 1600, momento em que entra em decadência devido às disputas pelo poder entre diferentes grupos étnicos.

Através da sequência dessas disputas, no começo do século XV, surgiu o Império de Songai, outro “Estado” pré-colonial subsaariano, que se desenvolveu em diversas regiões e setores, dentre os quais hoje a Guiné-Bissau é formada. O “Estado” de Songai teve sua origem no noroeste da Nigéria no século VIII, tendo a cidade de Gao como a sua capital administrativa e política, anexando vários outros Estados, por vários séculos, numa única administração.

No entanto, a partir do século XVI, surge o Reino de Kaabu, sucessor de Songai, entre 1537 e 1867, na região da Senegâmbia, atual noroeste da Guiné-Bissau, estendendo-se à Casamansa, no Senegal. O declínio de Kaabu, no século XIX, coincidiu com a colonização da África Subsaariana pelos europeus, quer por intermédio de trocas comerciais e exploração, quer por via de contatos com alguns chefes locais na costa ocidental africana, que inclui a Guiné-Bissau e os países fronteiriços, os quais pertencem ao Sahel.

A Colonização e a Conferência de Berlim: o sistema de roedura

De acordo com vários registros históricos sobre a Guiné-Bissau, a chegada dos navegadores portugueses, ligada à expansão marítima europeia na Costa da Guiné, teria começado em 1446, século XV, quando o navegador português Nuno Tristão lá chegou, vindo da Costa de Senegal (AUGEL, 2007, p.51). Considera-se a primeira fase da colonização da presença europeia a partir da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores de bens através de trocas com a população local e alguns chefes locais, denominados chefes tradicionais, baseado no poder local.

No século XVI, os exploradores portugueses capturaram milhares de guineenses e exportaram-nos para diferentes pontos do mundo naquilo que ficou conhecido como processo de escravização de famílias e de grupos étnicos ou indígenas.

Embora não seja fácil apontar o número de pessoas que foram comercializadas como mercadoria, Teixeira (2015) aponta que, no contexto africano, entre os anos de 1609 a 1612, teriam sido desembarcados 1.468 escravizados em Cabo Verde e 8.110 foram levados para trabalhar nas plantações da Colômbia, do México e da Espanha, incluindo o Brasil.

Na atual Guiné-Bissau, saíram 2.000 escravizados papéis, balantas, mandingas, manjacos e outros povos vizinhos para as plantações de cana-de-açúcar em Cuba, não respeitando as características culturais e étnicas desses povos, o que tem contribuído, de alguma maneira, para muitos conflitos locais no continente africano, em especial, para desmantelamento dessas sociedades com forte presença militar (AUGEL, 2007, p.54).

Em 1588, foi construída a primeira feitoria da Guiné-Bissau em Cacheu, principal entreposto “português” do tráfico de pessoas. Na interpretação de Carlos Lopes (1999), era um ponto de culturas e civilizações na medida em que possibilitava uma grande mobilidade sociocultural e civilizacional num ambiente competitivo de comércio de pessoas.

Em 1755, surge a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, do Brasil, com o objetivo de explorar o comércio para aquela região da América Latina. Segundo Teixeira (2015), tratava-se de um modelo econômico de acumulação primitiva de capital, cuja meta era a de colonização barata em que o Reino de Portugal se contentava em proclamar a sua soberania e deixar ao cuidado das companhias privadas a administração e a exploração das “colônias”, tendo como base a lógica de dividir para dominar nas relações com as ex-colônias de Portugal em África.

A escravidão nas ex-colônias portuguesas, incluindo a Guiné-Bissau, vigorou até meados de 1869, embora ela se mantivesse em outras formas na atualidade guineense. A partir do ano de 1879, configura-se a constituição oficial da “Guiné Portuguesa” como colônia de Portugal, mas sem “autonomia” no interior, pois apresentava ainda práticas de resistência contra os interesses dos portugueses, os quais estavam em busca de riquezas naturais e humanas baseadas numa estrutura do poder e da autoridade conferida ao “administrador local”.

A política de “assimilação” regia-se pelo direito consuetudinário e pelo poder indireto (CABAÇO, 2009), que regulamentava os costumes das sociedades africanas. Nas ex-colônias portuguesas, como Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, os africanos assimilados também eram conhecidos como os *civilizados*; na colonização do sistema francês tal como aconteceu no Senegal, no Mali, na Guiné Conacri e na Burquina Faso, os africanos e seus descendentes eram conhecidos como os *assimiles*; e, no território de ocupação das ex-colônias belgas, eram chamados *evolués*, isto é, os que se tinham evoluídos da vida “selvagem” para “civilização”, como consequência das diversas fases da expansão marítima e da colonização de territórios africanos (READER, 2002, p. 89).

Com efeito, o Regulamento Indígena, no caso português, estabeleceu uma hierarquia entre “indígenas-gentius” e “assimilados-civilizados”. Peter Mendy (1994) afirma que o “Regulamento dos Indígenas das Colônias” era um instrumento cruel de dominação colonial cujo objetivo era castigar o “gentio rebelde”. Entende-se por “gentio rebelde” ou “não-civilizado” os grupos étnicos que se resistiam não só à presença colonial portuguesa e à formação das colônias, mas também a qualquer forma de recrutamento ao trabalho forçado ou tentativas de negação de suas culturas e valores, em oposição à cultura branca lusitana.

No entanto, para o regime colonial português, o/a africano/a deveria se converter gradualmente à cultura europeia e aos costumes cristãos, adotando a língua portuguesa em sobreposição às culturas, às línguas e às tradições africanas. Para o historiador Peter Karibe Mendy (1994), o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, de Angola e Moçambique visava a assimilação dos grupos étnicos à cultura colonial ocidental portuguesa, com o objetivo de instrumentalização da cultura africana, por isso os administradores coloniais muito cedo decidiram instruir minimamente os “assimilados”.

Segundo Leila Hernandez (2002), a administração colonial local, como parte da burocracia colonial, visava instituir um espaço marcado pela “efetividade de dominação” capaz de manter a ordem estável e equilibrada do sistema do Estado colonial. Assim, as distinções tribais, implantadas para facilitar a administração colonial, foram acompanhadas pelas distinções raciais, sociais e econômicas (READER, 2002, p. 620), em que há um ajustamento de dualidades: indígena-colonizador, branco-preto, cultura-costumes, oralidade-escrita, superstição-religião, rural-urbano, homem-mulher, direito-jurídico, direito-consuetudinário (CABAÇO, 2009), regedores de marginalidades que se vão instalar como interpretação corrente das sociedades africanas (LOPES, 1996, p. 85).

A polarização racial dual é o aspecto principal dessa marginalidade que projeta um perfil africano em relação ao qual o colonizador se autodefine, justificando-se como “ser superior” ou como “objeto do racismo” (CABAÇO, 2009), amplia a aplicação deste em todas as esferas da vida sociocultural. No processo de polarização racial e cultural, em que havia pouco espaço de interação social, Guiné-Bissau, marcada pelo “objeto de racismo”, dependia administrativamente de Cabo Verde, mas ambos os países estavam sob o controle político do Estado colonial português na sua forma mais perversa.

A Guiné-Bissau separa-se das Ilhas de Cabo Verde em 1879, quando a capital, Bissau, atual centro político e administrativo do país, foi mudada para a região de Bolama, e o país recebeu desde então o nome colonial “Guiné Portuguesa”. Em 9 de dezembro de 1941,

Bissau, atual setor autônomo, volta a ocupar a sua posição política como a maior cidade do país e alcança o estatuto de “Câmara Municipal” em 1958 (AUGEL, 2007, p. 58).

A emergência e a consolidação de espaços de resistência de grupos étnicos ao domínio colonial coincidiram com a chegada dos europeus em África. Tomemos como exemplo de resistências e de lutas contra a presença do colonialismo português o caso de grupos étnicos de Guiné-Bissau, nos finais do século XVII e no princípio do sec. XVIII.

As resistências locais e as campanhas de mitigação colonial

Basil Davidson (1968), historiador inglês, em seu livro intitulado “Libertação da Guiné”, prefaciado de uma maneira interessante por Amílcar Cabral, enumera várias experiências de resistências dos grupos étnicos guineenses. Entre 1878 e 1880, por exemplo, felupes e manjacos, habitantes do Rio Grande de Buba, travaram, entre Geba e Buba, uma forte resistência contra o escoamento de produtos para exportação no mercado internacional por meio de portos portugueses. Entre os anos 1880 e 1882, novos focos de resistências tiveram lugar, perpetrados pelos fulas e biafadas contra a exploração e o racismo. E, por fim, entre 1883 e 1885, as resistências contra a tentativa de dominação dos balantas pelo regime colonial.

Para controlar o território impondo a sua política, o colonialismo, confrontado com lutas sociais e étnicas, desenvolveu uma campanha contra os papéis entre 1886-1890, em oposição aos fulas em 1893, combatendo os oinkas em 1897, contrariando os bijagós em 1902, em luta contra os manjacos entre 1904-1906, e contra os mandingas em 1914 no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), num período em que o continente africano se encontrava já ocupado e dividido entre as principais potências europeias.

Era necessário conquistar novos mercados para garantir o escoamento dos produtos fabricados na Europa. Com exceção da Libéria, da Etiópia, da União Sul-Africana, que eram independentes; da Líbia e de Marrocos, que não tinham sido ainda “formalmente conquistados”, os demais países africanos encontravam-se já ocupados pelos países europeus que implantaram um sistema de dominação no continente.

No caso guineense, a ocupação efetiva foi tardia e só se deu, de fato, em 1936, com a introdução de armas sofisticadas e de políticas de cooptação voltadas para “integração” dos grupos étnicos guineenses na administração indireta e numa vasta “província ultramarina”, sobretudo, quando surgiu a ideologia da “missão civilizadora” dos povos indígenas pelo colonialismo, considerados biologicamente inferiores. Para Moema Parente Augel (2007), seria

uma distorção da história ocidental dar a impressão retórica de que a reação dos africanos contra a intromissão colonial foi consentida e pacífica em Guiné-Bissau.

Mesmo com adoção do método imperialista em África, negando a diversidade cultural e étnica, o Estado colonial, no caso guineense, só conseguiu colocar em prática suas políticas coercitivas e autoritárias após longas “campanhas de mitigação e pacificação” contra as revoltas indígenas através de um recrutamento seletivo de mercenários na costa africana para a participação na defesa da “Província da Guiné”. Produzindo a velha política colonial de dividir os africanos para dominá-los, Teixeira (2015) afirma que o capitão português Teixeira Pinto, que dirigia as mitigações, ganhou notoriedade militar e política em Guiné-Bissau mobilizando os mercenários Abdul Injai e Mamadu Cissé para participarem nas campanhas militares contra os indígenas nas feitorias do litoral e no território continental de Guiné-Bissau.

As campanhas de mitigação terminaram com a pacificação sangrenta do território continental com a derrota dos papéis de Bissau e dos manjacos e balantas. E, por fim, as campanhas contra os grupos bijagós, reforçando mercenários europeus e africanos, após duas amplas campanhas coloniais no atual território de Guiné-Bissau, ocorreram em 1936.

O processo de colonização europeia, de forma geral, foi sempre marcado pela violência e pelo racismo dos colonizadores europeus contra os colonizados africanos e outros povos dominados (FANON, 1997). A colonização é marcada profundamente pelo despotismo, irracionalidade, confisco de terras e cobrança abusiva dos impostos. Leile Leite Hernandez (2002) aponta que o colonialismo em África se caracterizava por um eurocentrismo manifesto por três equívocos, quais sejam:

- (I) A ideia de que os africanos teriam se resignado à “pacificação” europeia;
- (II) A visão de que os movimentos de libertação eram “desorganizados”, “irracionais” composto por crenças “fetichistas” dos grupos étnicos;
- (III) A visão de que as sociedades africanas possuem organização social hierarquizada, centralizada, por um lado, e as que não possuem essa centralização política e social, sem hierarquização, por outro lado.

O dualismo colonial, entendido como hierarquização de culturas e povos, refletiu nas relações sociais, nas condições familiares, na divisão social e sexual do trabalho e na distribuição de privilégios de poder, em que a maioria do povo guineense em geral e os grupos étnicos em particular não gozavam do direito de cidadania: política civil, política econômica e respeito às suas identidades, vistas pelo regime colonial como caótico e “primitivo”, com consequências terríveis para a sociedade guineense (TEIXEIRA, 2010).

A presença europeia em Guiné não é apenas símbolo da fé cristã ou europeia ou do “trabalho forçado”, mas também do poderio militar dos colonizadores. Antônio Spínola,

general português, antigo governador e Chefe das Forças Armadas do regime colonial na Guiné, desenvolveu, entre março de 1968 a setembro de 1973, uma campanha psicológica e militar conhecida por “Guiné Melhor” com o intento de salvar a “soberania portuguesa” na Guiné. A presença militar englobava, também, as ações de difusão de campanhas radiofônicas no contexto da emergência de movimentos nacionalistas (AUGEL, 2007).

A instalação do regime colonial, implantada na segunda metade do século XIX por nações europeias para facilitar a administração colonial, principalmente a portuguesa na Guiné-Bissau, serviu-se de motivo para a tomada de consciência política para a necessidade de luta de libertação nacional, dirigida pelo então movimento nacionalista.

Unidade Guiné e Cabo Verde e a luta de libertação

Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, surge o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), um movimento de libertação dos dois países fundado em 1956 na clandestinidade. O partido procurava garantir a unidade política e cultural entre cabo-verdianos e guineenses, sob a liderança de Amílcar Cabral¹, a fim de salvaguardar os direitos de cidadania, negada pelo regime colonial nos dois países.

A luta pela soberania implicou a escolha de estratégias definidas pelas elites políticas e culturais africanas, quer em fóruns internacionais da ONU, quer nos espaços regionais e sub-regionais, com o objetivo de superar uma série de impasses relativos à identidade e à autonomia dos territórios de que eram originários, no contexto pós Segunda Guerra Mundial e na ascensão do fascismo na Europa (HERNANDEZ, 2002, p. 67)

A Segunda Guerra colocou o continente africano na dinâmica das Relações Internacionais como parcela importante da comunidade internacional. O Congo, por exemplo, tornou-se o local de existência e de sobrevivência do governo belga, fornecendo recursos e homens, cobre, zinco, ferro, estanho e urânio para o seu desenvolvimento, bem como as condições e o direito à autodeterminação e à liberdade.

Segundo análise de John Reader (2002), o contexto pós Segunda Guerra Mundial proporcionou as condições para o fim do colonialismo em África, marcado pela articulação de interesses e organização de solidariedade entre povos africanos e asiáticos, dominados pelo colonialismo. Nesse quadro, realizou-se no ano de 1952 a Conferência Continental Afro-

¹ Antes da fundação do PAIGC, Amílcar Cabral colocava a questão de unidade africana na Casa dos Estudantes no Império criada em 1944, juntamente com Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade, angolanos, Eduardo Mondlane e Samora Machel, moçambicanos, Pedro Pires e Onésimo Silveira, cabo-verdianos, Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo, são-tomenses, e Vasco Cabral, guineense.

Asiática, em Bandung², na Indonésia, reunindo vinte e nove países. Os princípios da Conferência, que a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), podem ser resumidos em dez pontos fundamentais:

- I. Autodeterminação dos povos (liberdade e justiça social);
- II. Respeito aos direitos fundamentais (língua, cultura, valores, percepções e histórias dos países colonizados);
- III. Respeito à integridade territorial e à soberania nacional de todas as nações (através do qual as populações africanas não seriam usadas como carne de canhão dos agentes da Guerra Fria – Estados Unidos e União Soviética);
- IV. Reconhecimento da igualdade entre “raças”, “etnias” e “nações” (fora da lógica colonialista, o que reflete o desejo de independência);
- V. Não intervenção nos assuntos internos dos países africanos (salvaguarda do princípio de Direito Internacional);
- VI. Respeito à autodefesa, individualmente ou coletivamente (entre Estados nacionais, contra possíveis agressão externa);
- VII. Busca de solução de conflitos por meios pacíficos;
- VIII. Independência nacional e respeito pela justiça social e obrigações internacionais.

A política de não-alinhamento, um movimento que reúne diversos países com objetivo de criar uma política independente no campo das Relações Internacionais que permitisse aos signatários afro-asiáticos a não se envolverem no confronto entre Estados Unidos e antiga União Soviética, teve como tema central a luta pelas independências, o combate à pobreza e à oposição ao colonialismo e ao neocolonialismo no continente.

Para Leila Leite Hernandez (2002), a Conferência de Bandung foi escolhida, fundamentalmente, como uma estratégia retórica que denunciava a existência de relações assimétricas entre os espaços geopolíticos afro-asiáticos e os blocos dos países aliados, nomeadamente no período histórico de disputas geoestratégicas (URSS e EUA). No caso guineense, os movimentos de libertação contavam com apoio da antiga União Soviética na formação de quadro para a guerrilha, o fornecimento de armamentos e a logística em diversas regiões da África, como Angola e Moçambique, localizados na África Austral; Guiné-Bissau, Cabo Verde e Guiné-Conacri, ex-colônias inseridas na África Ocidental.

Após Segunda Guerra Mundial, a política colonial portuguesa de controle e exercício de autoridade sobre os territórios ocupados desencadeou, em 3 de agosto de 1959, um massacre contra os estivadores do Cais de Bissau, que exigiam melhores salários e condições de trabalho. Conhecido como *Massacre de Pindjiguiti*, apoiado e organizado pelo PAIGC, serviu, na primeira fase de luta de libertação, de uma oportunidade para mobilização popular em busca pela autodeterminação, liberdade e justiça dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

² Cuba foi único país da América-Latina a participar da Conferência

O PAIGC, como núcleo articulador de luta em prol da descolonização, viu-se impossibilitado, no plano das negociações, a encontrar uma solução sobre o processo de ocupação. Em 23 de janeiro de 1963³, o partido iniciou a luta de libertação no território guineense, em áreas onde há nitidamente as identidades dos grupos étnicos separadas da identidade portuguesa, que o colonizou, formadas anteriormente ao processo de ocupação. No caso de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas também de Angola e Moçambique, há que considerar a presença das identidades dos Reinos africanos antes da presença portuguesa.

A ideologia independentista recolocou, no âmbito da construção de novas estruturas sociais e políticas pós-independência, a questão do Estado pós-colonial e do neocolonialismo. No caso guineense e cabo-verdiano, o PAIGC defendia, no seu programa de governo do movimento de libertação:

- I) Independência nacional e a luta contra qualquer forma de exploração de homem pelo homem;
- II) Luta pelo reforço de valores humanistas, permitindo a formação de homem novo, com a consciência sobre os valores nacionalistas;
- III) Desenvolvimento das ideias da justiça social, direitos culturais e humanos que, ainda hoje, permanecem nos discursos dos dirigentes políticos.

Na luta pela independência em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o marxismo, redefinido localmente, possibilitou as articulações de balantas, papéis, fulas, mandingas, manjacos, biafadas, mestiços e assimilados, na tomada de consciência nacional, o que pressupõe o reforço da identidade dos grupos étnicos separada daquela do país que, não obstante afinidades teóricas com o marxismo, apontado acima, segundo Amílcar Cabral, o conceito de *classe social* não se aplicaria linearmente em África apesar de importante.

Neste contexto, Amílcar Cabral pergunta: qual seria o lugar de balantas, papeis, fulas e mandingas em Guiné-Bissau? Qual seria o papel político de grupos étnicos kikongo, quimbundo e umbundu, populações de Angola; ou de grupos Macuas, Chopes e Macondes, habitantes de Moçambique?

Afirmar que a luta de classes faz a história é negar a historicidade dos povos africanos. Para Cabral era preciso relativizar o marxismo para evitar discriminação e exclusão forçada desses grupos. Como é possível observar, Cabral realça o papel das etnias na luta de libertação, desde que compartilhassem coletivamente os anseios da autodeterminação e valorização de suas culturas, num contexto geral que antecedeu as independências africanas, no

³ Antes do início de luta de libertação, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), um movimento sindical, fundado na clandestinidade, em 1958.

século XX, no contexto pós-Guerra Fria de disputas geoestratégicas e conflitos ideológicos entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética.

A política de Amílcar Cabral e do PAIGC, de modo geral, era a de garantir a *unidade e luta* comum efetiva entre povos guineenses e cabo-verdianos. Diferentemente do PAIGC, outras forças políticas não conseguiram obter no processo de mobilização a mesma força de “unidade”, objetivo central do PAIGC, que formou uma unidade popular para lutar contra a “política ultramarina” criada pelo Estado novo português, que insistia que os guineenses e os cabo-verdianos, marcados pela ação colonizadora, não eram povos colonizados, mas sim integrantes dos territórios portugueses.

Este discurso, posteriormente desenvolvido por Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, aparentemente *decolonial* sobre o modo português de estar no mundo, sobretudo em África, assentava-se numa teoria da política colonial *lusotropicalista* e da *missão civilizatória* portuguesa. O que não impediu a conquista da independência nacional em favor dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, reafirmando suas identidades africanas, que haviam sido negadas e vistas no discurso racista e colonialista como caóticas e primitivas.

A independência e o fim da unidade: movimento reajustador de 1980

Foi a partir da postura anticolonialista que Cabral, teórico e fundador do PAIGC, guineense de ascendência cabo-verdiana, conseguiu garantir a representatividade das etnias fora da visão marxista, sendo que esses povos não se enquadravam no conceito de classe. Em 20 de janeiro de 1973, vésperas da proclamação de independência de Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, foi assassinado em Conakry. Muitos autores enxergam no assassinato de Amílcar Cabral o resultado da política colonial de dividir grupos “assimilados” e “indígenas”, cabo-verdianos e guineenses, para manter seu domínio e perpetuar nesses países sua “missão civilizatória”, como ficou conhecido.

Em 24 de Setembro de 1973, sete meses após o assassinato de Amílcar Cabral, em Conacri, em circunstâncias ainda por esclarecer, a Guiné-Bissau proclama a sua independência nacional unilateralmente e busca o reconhecimento internacional de sua Primeira República, período posterior ao colonialismo. Em 10 de setembro de 1974, o regime colonial português reconheceu a independência do país, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas, no continente africano, a ter uma República reconhecida por Portugal.

Se, por um lado, os sentimentos causados pela injustiça colonial inspiraram o movimento de libertação, congregando diferentes grupos, uma vez conseguida a independência,

houve a fragmentação em agrupamentos políticos de dimensões particularistas, cujas disputas pelo poder e pelo privilégio, particularmente entre dirigentes de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, não só reforçaram a política de divisão, criada pelo colonialismo português nos dois países, mas também polarizaram o descontentamento e possíveis diferenciações culturais entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses do PAIGC, no período pós independência, até ao golpe de Estado de 1980.

Com a independência política, era preciso afirmação do Estado e da identidade nacional, basicamente, em duas dimensões: afirmação da identidade cultural, como o *kriol* e outras formas de identificação, por exemplo; e afirmação da identidade política, contando com a criação de associações de massa que articulam a sociedade civil e organizações de solidariedade coletiva em volta do discurso nacionalista do PAIGC.

O primeiro governo pós-independência enfrentava problemas de várias ordens, herdada do colonialismo, que acentuava as desigualdades. Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, que dirigiu o país de 1973 a 1980, priorizando a industrialização, foi acusado pelos dirigentes guineenses do PAIGC de privilegiar os cabo-verdianos no controle de cargos-chaves no Estado, maximizando, assim, a disputa no partido (LOPES, 1986).

O governo de Luís Cabral, primeiro presidente de república guineense, foi derrubado através de um golpe de Estado em 1980. O chamado Movimento Reajustador, que conduziu o golpe, fora liderado pelo guineense João Bernardo Vieira, um prestigiado comandante do PAIGC contra o regime colonial, instituindo o Conselho da Revolução, dirigido por militares e civis. Outra consequência do golpe teria a ver com a política colonial que estabelecia a distinção entre “assimilados” e “indígenas”, entre negros e mestiços, urbano-rural, cujo ponto alto culminou com o assassinato de Amílcar Cabral, líder do PAIGC, já apontado.

João Bernardo Vieira, autor do golpe, escolhido presidente pela ala guineense do PAIGC, assume o poder. O golpe sela a separação política entre Guiné e Cabo Verde, acabando com o projeto político de unificação dos dois países, defendido por Amílcar Cabral. As relações entre Guiné e Cabo Verde, rompidas em 1980 com o golpe de Estado, foram restabelecidas em 1984, como Estados independentes.

Para Djerno Djaló (2012), uma das causas do golpe de 1980 deveu-se ao domínio político cabo-verdiano do aparelho de Estado guineense, tal como ocorria nos anos da colonização em que uma certa elite cabo-verdiana assumiu o papel de intermediação do estado colonial no estabelecimento da ordem política em Guiné-Bissau. Segundo ele,

A infiltração no aparelho político administrativo na Guiné-Bissau pelos funcionários cabo-verdianos, e alguns mestiços cabo-verdianos, perpetuou-se por longos períodos

como auxiliares burocráticos da administração colonial [...]. Durante a guerra de libertação, e mesmo antes do início da luta, a elite cabo-verdiana ocupava os postos-chaves na direção política, diplomática e militar. Esta tendência foi consideravelmente reforçada, após a independência. Até 1976, os membros do PAIGC, da mais alta instância do partido, como por exemplo, a comissão Permanente do Comité Executivo da Luta, eram ocupados pelos dirigentes cabo-verdianos [Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte, Luís Cabral, antigo presidente, e Constantino Teixeira]. Apenas dois guineenses, João Bernardo Vieira, autor do golpe de 1980, e Umaro Djaló, chefe de segurança, no governo de Luís Cabral, pertenciam a Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta, em Bissau (DJALÓ, 2012, p.271).

Além das disputas internas no PAIGC, havia vários opositores à política unidade e luta de Guiné e Cabo Verde, defendida por Amílcar Cabral, sendo os principais: a União Patriótica Anticolonialista da Guiné-Bissau (UPANG); a União da População Libertada da Guiné (UPLG), que congregava a minoria da população fula; a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG); o Movimento da Libertação da Guiné (MLG); e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), a mais antiga e tradicional opositor do projeto de unidade Guiné e Cabo Verde. O que veio a confirmar com o golpe de 1980.

Para Julião Soares Sousa (2012), historiador guineense, o golpe de 1980 teria como objetivo a conservação de poder político entre dirigentes rivais dentro do PAIGC, porque não existia razão para tomada de poder que justificasse o controle do PAIGC pela ala guineense militar do partido. Rui Jorge Semedo (2011, p.108) aponta o desequilíbrio de poder político entre cabo-verdianos e guineenses. O autor cita, como exemplo, a fala da ex-combatente do PAIGC, Maria Augusta Furtado, quando ela afirma que:

Não houve a verdadeira unidade porque havia a presença dos cabo-verdianos nos altos cargos administrativos, civis e militares, no governo da Guiné. Deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo e do estado, o que não ocorreu (FURTADO Apud SEMEDO, 2011).

Não obstante isso, é importante mencionar que a ocupação de cargos pelos guineenses não seria consensual porque, após a independência, Guiné-Bissau sofria alto índice de analfabetismo (mais de 90% da população), e a elite guineense apresentava limites no exercício das atividades burocráticas devido à ausência do sistema educacional; em contraposição de Cabo Verde, onde já existiam seminário-liceus, criados pela Igreja Católica desde século XVI, para uma certa elite, no quadro da mobilidade vertical, da qual a geração da Casa dos Estudantes do Império, isto é, a geração de luta, fazia parte. Soma-se a isto a crise política interna, falta de diálogo e luta pelo poder dentro do PAIGC, crises econômicas e sociais, bem como escassez de condições básicas de sobrevivência; prisões e assassinatos tornaram a política de unidade mais inacessível.

Pós-independência e as disputas internas: 17 de outubro de 1985

Após a ruptura da unidade Guiné e Cabo Verde em 1980, a direção guineense do PAIGC assume o poder. Luís Cabral parte para Cuba e depois pede exílio a Portugal, e os dirigentes cabo-verdianos do PAIGC desvinculam-se da Guiné e retornam a Cabo Verde, formando um novo partido, o PAICV, Partido Africano da Independência de Cabo Verde. Este partido é de centro-esquerda, de pendor socialdemocrata, fundado em janeiro de 1981.

Entretanto, a política de golpe de Estado continuou presente na Guiné-Bissau. Sob o governo de João Bernardo Vieira houveram ações explícitas de conflitos internos, acusações, apreensões e assassinatos de adversários políticos, apesar da ausência dos cabo-verdianos do PAIGC, até então vistos pelos dirigentes guineenses como hegemônicos, dentro e fora do partido. Ademais, o regime era altamente autoritário, como forma de garantir seu domínio por meio de perseguições. Em 17 de outubro de 1985, vários dirigentes do PAIGC foram acusados de tentativas de golpe de Estado, contra o governo de João Bernardo Vieira.

Paulo Correia, Viriato Pã, Pedro Gomes, Braima Bangura, Binhamquerem na Tchanda, Nbana Sambú, dirigentes do PAIGC, acusados pelo presidente Vieira, foram literalmente condenados e, posteriormente, assassinados pelo Conselho da Revolução, dirigido por João Bernardo Vieira, que exercia o cargo de presidente do Conselho. Esses fatos políticos contribuíram para o acirramento do conflito interno, cujas consequências acentua golpes de estado (SOUSA, 2012, p.39).

Na tentativa de apurar os fatos que levaram o acontecimento de 17 de outubro, apontado acima, a nova direção do partido PAIGC agiu por meio de coerção, vingança e tortura com o propósito de obter informações, declarações ou confissões dos supostos implicados. Sobre esse assunto, Rui Jorge Gomes Semedo, pesquisador do Inep, cita o depoimento de Helder Magno Proença, dirigente do PAIGC na altura, sobre o caso de 17 de outubro, afirmando que:

[...] herdemos as crispções existentes [...] dentro do PAIGC entre facções em luta, e que foram reportadas na pós-independência. Isso porque há uma desconfiança entre a geração que dirigiu a luta de libertação nacional, guerrilheiros, e a que dirigiu o país após a independência, chamados quadros guineenses do PAIGC. Portanto, houve as rivalidades que começaram desde luta de libertação nacional e cristalizaram depois da independência. E, muitas coisas, penso eu, por além de outras justificações têm um cunho de ajustes de contas. É mais isso, do que lutas étnicas. Eu penso que não era, digamos, uma estratégia elaborada no sentido de perseguição étnica dentro do partido, mas talvez sim, algum método que se herdou da luta de libertação nacional de certas pessoas. As intrigas políticas que chegaram a pontos extremos que levaram os dirigentes do partido a tomar medidas penosas dentro do PAIGC. Isso tem a ver mais com intrigas políticas palacianas, revalidadas entre atores e lideranças nacionais de opiniões distintas dentro do partido. Não era uma perseguição étnica clara. Isto é a minha visão (Apud SEMEDO 2011, p. 110).

O período pós-independência fora marcado por dificuldades dado a presença de conflitos internos e golpes de Estado. As velhas disputas pelo poder entre guineenses e caboverdianos ganharam novos contornos. A questão étnica aparece na citação, mas não é assumida pelo dirigente do PAIGC. A luta de libertação nacional garantiu a proclamação de independência nacional, todavia, sem alterar as disputas internas e o modelo centralizador do Estado, que coloca sérios desafios à democratização através da participação dos movimentos sociais nas decisões sobre sua própria sociedade, cultura e seu direito à educação, à saúde e direito à autodeterminação. Essa questão de direitos será retomada no subitem a seguir.

A democracia: quadro recente e retoma de tensões políticas

A África foi marcada, nos finais dos anos 1980 e no princípio de 1990, por mudanças significativas nas estruturas do Estado e da sociedade civil, em especial, na estrutura social e política guineense. É nesse contexto que vários países africanos, marcados por profundas crises econômica e financeira, recorreram à dívida externa junto às agências internacionais de financiamento da ONU, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), supostamente para promover o crescimento econômico investindo na poupança interna (poupança da iniciativa privada), centrado no mercado.

Para conceder novos créditos e renegociar a dívida contraída pelos governos africanos, incluindo o guineense, como forma de enfrentar a crise econômica, o FMI e o BM exigiram a adoção da democracia em África. A democracia era vista, assim, como condição para o crescimento econômico e acumulação de riquezas, já que os governos africanos não dispunham de condição para financiar suas políticas públicas, por isso o multipartidarismo tornou-se única via a seguir. Adotando a política imposta por essas agências financeiras, como afirma Peter Mendy,

A Guiné-Bissau não ficou de fora no processo de liberalização política em África, nos finais de ano 1980 e o princípio dos anos 1990. A política de liberalização teve início em março de 1983, com a adopção de um programa de estabilização econômica, imposta pelo FMI e BM, durante três anos. Tal política foi acompanhado pelo Programa de Ajustamento Estrutural através de um conjunto de medidas que visam ajustamento de contas públicas pelos organismos internacionais da ONU. Após a liberalização econômica, seguiu-se a liberalização do sistema político, com surgimento de novas forças políticas, no quadro do processo de transição política do regime monopartidaríssimo para o multipartidarismo no país (MENDY, 1996, p.13).

Na sequência do processo de abertura gradual, controlada pelo anterior regime guineense, houve a queda do artigo 4º da Constituição de 1973, adotado no regime do partido

único, que definia o PAIGC como a única força política e dirigente máximo da sociedade civil e de todos os órgãos de Estado (MENDY, 1996; KOU DA WO, 2000).

Com efeito, a emenda constitucional, que extinguiu o artigo 4º, anulando a hegemonia do PAIGC, possibilitou o surgimento de novas forças políticas de oposição, como a Frente da Democracia (FD), Frente Democrática Social (FDS), Partido Social Democrática (PSD), Partido da Renovação Social (PRS), Partido da Convergência Democrático (PCD), todos fundados nos princípios dos anos 1990 e voltados à ação de democratização. Em junho de 1994, Guiné-Bissau realizou suas primeiras eleições multipartidárias, que reconduziu o presidente João Bernardo Vieira ao poder (MENDY, 1996, p.14).

Entretanto, a recondução de Vieira gerou diversas interpretações. Por exemplo, segundo Augel (2007), a reeleição de Joao Bernardo Vieira impossibilitou a alternância de poder na Guiné-Bissau. Essa impossibilidade, segundo ela, se deve ao desrespeito às regras democráticas, tais como a tolerância e a justiça na esfera pública, que pudesse salvaguardar os direitos dos indivíduos contra as decisões arbitrárias do presidente. Como disse Bobbio (2013, p.43), a salvaguarda da esfera pública é básica para o correto funcionamento do método democrático. Na Guiné-Bissau, porém, coloca-se a necessidade dessa salvaguarda devido a sucessivos conflitos e golpes de Estado, ameaçando à democracia.

Primeiras eleições multipartidárias: o conflito de 7 de junho de 1998

O novo quadro político, marcado pelo multipartidarismo, permitiu a realização das primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento da Guiné-Bissau. Em 1991, iniciou-se o processo de liberalização do regime de partido único, reforçado pelo surgimento de novas forças políticas. Em 1994, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias, em que o PAIGC obteve a maioria de assentos na Assembleia Nacional Popular, com 62% dos votos e elegeu o presidente João Bernardo Vieira, via eleição direta, com 64% dos votos, contra Kumba Yala, candidato do PRS (Partido da Renovação Social), que ficou na segunda colocação com 31% dos votos.

Em 1998, após três anos no poder, o presidente eleito, João Bernardo Vieira, foi destituído do cargo por um novo golpe de Estado, desta vez liderado por Ansumane Mané, também combatente do PAIGC contra o colonialismo português. Ele desempenhava o cargo de Chefe de Estado Maior do Exército no governo de João Bernardo Vieira. Após derrube de João Bernardo Viera, criou-se um governo de transição e Vieira pede exílio a Portugal. O país mergulhou, novamente, numa crise política, questão a ser aprofundada no quadro teórico.

3 QUADRO TEÓRICO E CAMINHOS PARA ANALISE

Para Koudawo (2000), o conflito de 1998 na Guiné-Bissau, no quadro da democratização, gerou mal-estar nas Forças Armadas, que sempre estiveram intimamente ligadas às crises políticas no país. O autor aponta que as disputas pela supremacia e pelo controle de poder político dentro do partido PAIGC não deixaram lugar para a evocação de questões realmente candentes na altura, em especial: as contradições em torno da suspensão do então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas guineense, brigadeiro Ansumane Mané, que foi acusado pelo presidente Joao Bernardo Vieira de tráfico de armas para o movimento independentista de Cassamance, o qual reivindicava sua separação da República de Senegal, quando este país ainda estava sob domínio da França, desde a colonização.

Julião de Sousa (2012) mostrou que os conflitos atuais em Guiné-Bissau continuam a ser marcados pela herança negativa do regime autoritário, herdado do partido único e pelos sucessivos golpes de Estado, que se resultaram no conflito militar de 7 de junho de 1998 e, conseqüentemente, na deposição do presidente Vieira. Um dos fatores motivadores desse levantamento militar tem a ver com o caso 17 de outubro de 1985, já citado, em que foram assassinados vários civis e militares na tentativa de consolidar o poder absoluto, sob o comando de João Bernardo Vieira.

Conseqüentemente, segundo Teixeira (2010), o conflito de 1998 dividiu as Forças Armadas em vários grupos, com o apoio de países da sub-região e da Europa, tendo, por um lado, Senegal, Gâmbia, Guiné Conakry e França em apoio à manutenção do presidente Vieira no poder; e, por outro lado, a presença do Movimento das Forças Democráticas de Cassamance e Portugal em apoio à Junta Militar.

Senegal, Gâmbia e Guiné Conakry apoiaram o presidente guineense João Berardo Vieira no poder, porque na altura alegaram a existência de um acordo de defesa e segurança entre os Estados em caso de ameaças conjunta à soberania nacional ou às mudanças políticas que afetam estratégias nacionais e defesa. França também apoiou a permanência de Joao Bernardo Vieira no poder com a preocupação de garantir a sua influência geopolítica na região de Cassamance em particular e, em geral, na costa ocidental da África, percebida como uma região de influência francesa com problemas comuns. Outro fator de apoio a Vieira tem a ver com a moeda franco CFA, usada em doze países africanos, que são: Costa de Marfim, Camarões, Burkina Fasso, Gabão, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal, países que são ex-colônias francesas, com exceção de Guiné-Bissau, ex-colônia portuguesa, que usa a mesma moeda.

Entretanto, o Movimento das Forças Democráticas de Cassamance (MFDC), por sua vez, apoiou a Junta Militar devido ao receio de um possível ataque do Senegal caso o presidente João Bernardo Vieira permanecesse no poder. Outra razão desse apoio é o possível envio de tropas de Guiné-Bissau, apoiados pelo Senegal e pela França, para desocuparem definitivamente a região do Movimento das Forças Democráticas cassamanceses. O conflito entre o MFDC e o governo de Senegal tem gerado uma série de enfrentamento desde o final de século XX, quando o governo francês negociou a independência das antigas colônias francesas em África.

Por sua vez, Portugal estava do lado de Junta Militar, alegando invasão das tropas senegalesas, gambianas, guineenses de Conakry e de França. Não obstante a alegação portuguesa, havia interesses de Portugal em salvaguardar a sua influência política num país cuja língua oficial é português desde período colonial, além disso, este país queria reforçar os laços históricos que marcaram a sua presença no período da antiga “Província Ultramarina”.

A intervenção dos militares estrangeiros na Guiné-Bissau agudizou ainda mais a crise interna e a situação alastrou-se por todo país, com perda de vidas humanas, civis e militares, falta de alimentação e de condições de sobrevivência, abandono da cidade para o campo, aumento da criminalidade, assaltos à propriedade privadas e coletivas da população. Tais atos tornavam o governo do presidente João Bernardo Vieira cada vez mais impopular e isolado internacionalmente.

O conflito de 7 de junho de 1998 teve o seu término em 7 de maio de 1999, sob a mediação da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Houve um renascer de esperança nacional com a renúncia de João Bernardo Vieira ao cargo do presidente e a indicação de Malam Bacai Sanha como presidente interino de Guiné-Bissau, de 14 de maio de 1999 a 17 de fevereiro de 2000.

Portanto, criou-se um governo de transição, também denominado governo de “unidade nacional”, dirigido por Francisco Fadul, que fora primeiro-ministro do país de 03 de dezembro de 1998 a 19 de fevereiro de 2000. Francisco Fadul, então líder do Partido Unido Social Democrata (PUSD), uma das primeiras forças políticas do país, foi escolhido primeiro-ministro também pela Junta Militar, liderada pelo brigadeiro Ansumane Mané.

O conflito de 7 de junho de 1998 foi interpretado por alguns autores como resultado da disputa entre a *legitimidade* e *legalidade*. Por um lado, a contradição de um regime democrático que apela a intervenção externa violando a soberania e, por outro lado, os princípios que regem um Estado democrático de direito. Segundo Tchernó Djaló,

A intervenção de forças estrangeiras [Senegal, Portugal, Gâmbia, Guiné Conacri e França], cada um defendendo seus interesses no conflito interno guineense, colocou o país perante um dilema: confronto entre legitimidade e legalidade. Até então o regime gozava de uma legitimidade por ter sido eleito democraticamente, via eleição direta pluralista e multipartidária, primeira realizada no país. Mas, a sua decisão de fazer apelo aos países estrangeiros para se proteger de uma crise política interna violava todos os princípios de legalidade de um Estado soberano democrático. (DJALÓ, 2000, p.31-32)

Após o conflito de 7 de junho, que destituiu João Bernardo Vieira do cargo de presidente da república, realizou-se a segunda eleição multipartidária, legislativas e presidenciais, em 29 de novembro de 1999. Kumba Yalá, líder fundador do Partido da Renovação Social, derrotado nas primeiras eleições multipartidárias, fora eleito presidente com 72% dos votos. Na segunda (segundo turno) colocação ficou Malam Bacai Sanha, então presidente interino e candidato do Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), que obteve 23% dos votos.

No entanto, as relações de Kumba Yalá com a Junta Militar foram difíceis, marcadas pela promoção de um grande número de oficiais militares durante seu governo em 2000, mas a Junta Militar alegou que a lista das promoções do presidente Yalá não era a mesma que foi anteriormente apresentada. O líder da Junta Militar, general Assumane Mané, anunciou que estava a tomar o controle das Forças Armadas com a intenção de substituir os generais promovidos. Nessa situação, houve mais um cenário de disputas. Ansumane Mané foi assassinado em confronto com as tropas leais ao governo de Kumba Yalá, ocorrido no dia 31 de novembro de 2000.

Indubitavelmente, foi depois de conflito político-militar de 1998-1999 que a sociedade castrense assumiu maior protagonismo na esfera nacional em função da fragilidade do sistema político-partidário e das instituições estatais como um todo. Para a compreensão deste difícil relacionamento civil-militar é preciso ter em conta o quadro vigente anterior ao conflito (SOUSA, 2012, p.61).

O presidente Kumba Yalá, que assumiu o cargo de presidente da República em 2000, foi deposto por um novo golpe de Estado, desta vez liderado pelo Veríssimo Coreia Seabra, um velho combatente do PAIGC, sob pretexto da incapacidade de Yala em fazer face aos novos desafios. Segundo Augel,

[...] instalou-se um governo provisório. Foram efetuadas novas eleições, em 28 de novembro de 1999, com treze partidos políticos, alistados para a concorrência eleitoral. O PAIGC sofreu clamorosa derrota, e Koumba Yala do PRS (Partido da Renovação Social) conseguiu se eleger presidente, no segundo turno, mas seu governo fora destituído da presidência da república em 2003, quando um golpe de Estado pôs fim o seu mandato (AUGEL, 2007, p.71).

Neste contexto, Henrique Rosa assumiu o cargo do presidente interino da Guiné-Bissau, no mesmo ano, com o objetivo de levar o país a uma nova transição do regime militar para o regime civil-democrático.

Com a consumação do golpe contra o governo de presidente Koumba, removido do poder político pelos militares guineenses, Henrique Rosa fora a figura escolhida pelas chefias militares e por uma parte da sociedade civil, tendo Artur Sanhá, secretário-geral do partido PRS, escolhido primeiro-ministro de Guiné-Bissau, pelo Comité Militar, em 2003 (SOUSA, 2012).

Um ano após a destituição de Kumba Yala, em abril de 2004, realizaram-se novas eleições legislativas e presidenciais, e João Bernardo Vieira, que estava exilado em Portugal, fora reconduzido ao poder via eleição, mas o quadro social, político e econômico continuava a degradar-se: as instituições tornaram-se inoperantes, com aumento de custo de vida e falta de serviços básicos.

Em 28 de julho de 2009, realizaram-se novas eleições, vencidas pelo PAIGC, que elegeu Malam Bacai Sanha, antigo presidente interino, ao cargo do presidente da República guineense. Bacai morreu na capital francesa, em 9 de janeiro de 2012, quando ainda era presidente. Sendo assim, pela terceira vez a Guiné-Bissau teve um presidente da República interino, desta vez assumiu esse cargo Raimundo Pereira, que, durante a presidência de Malam Bacai Sanha, desempenhava cargo do presidente da ANP, tendo Carlos Gomes Junior como primeiro-ministro, pelo mesmo partido.

A instabilidade política é um problema crônico em Guiné-Bissau desde a independência, nos anos 1960, motivada por diversos fatores, muito deles ainda por identificar e analisar contextualmente. Durante a vigência do regime de partido único, a partir dos anos 1980 em diante, as contradições no seio do PAIGC foram apontadas como causa das inúmeras tensões internas. Seguiu-se a abertura ao multipartidarismo, nos princípios dos 1990. Vista como solução ou garantia de alguma estabilidade interna, a democracia não gerou os resultados esperados. (CARVALHO, 2014, p.74).

Este crônico impasse dentro do partido libertador é muito visível com transições inacabadas, golpes de Estado, conflitos internos, sobretudo nos momentos de eleições em que muitas vezes os militares acabam por interferir na vida política devido à fragilidade das lideranças e das instituições guineenses, sempre em defesa dos interesses pessoais de grupos e partido (s). As crises agravaram-se quando o país passou a ser visto como entreposto do narcotráfico internacional, isto é, um ponto de distribuição para América Latina e para Europa.

A rápida degradação de situação econômica, social e política, as chefias militares foram utilizadas para a realização de ambições individuais e fins pessoais, passou a ser considerado um ponto de narcotráfico. Ele não se reduz apenas ao funcionamento criminoso envolvendo uma parte da elite militar, mas também mantém uma rede no mercado (CASTRO SOARES, 2013, p.60)

Entretanto, apesar de a Guiné-Bissau ser considerada um entreposto do tráfico internacional para América Latina e para Europa, o país não produz, nem possui um mercado consumidor do narcotráfico. Também não dispõe de um mercado financeiro com auxílio de um sistema bancário eficiente a fim de garantir a circulação de capitais. Contudo, a ameaça do tráfico de drogas continua presente, com a participação de elementos do Estado e das Forças Armadas, que também se utilizam do país como entreposto do tráfico internacional.

Observou-se, até aqui, a caracterização e o contexto geográfico e social da Guiné-Bissau. Conforme fora evidenciado, este país fazia parte de antigos impérios africanos que dominaram a África Ocidental durante a Idade Média, entre o Saara, os rios Níger e atual Senegal. O fim do reino de Gaabu, que incluía atual Guiné-Bissau, teve implicações profundas no desmantelamento das sociedades africanas, mas não aniquilou tais sociedades. Isso se deve, em grande medida, às revoltas das populações e à luta pela independência nacional contra o colonialismo no interior da sociedade civil na década de 1960 e 1970. Com relação ao modelo de partido único implantado após a independência, que sucedeu sucessivos golpes de Estado e tensões internas no interior do PAIGC, a Guiné-Bissau viveu períodos agitados: crises políticas, com perseguições, apreensões e assassinatos. E, durante o multipartidarismo, os fatos revelam a continuidade dessa política uma vez que vários governos e presidentes foram através de sucessivas intervenções militares. No entanto, para nossa análise, interessa-nos, principalmente, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, uma ação política e militar levada a cabo contra o ex-primário ministro e candidato à presidência da República guineense, Carlos Gomes Junior, então presidente do partido PAIGC.

VISÕES SOBRE GOLPE DE ESTADO 12 DE ABRIL DE 2012

Começamos nossa análise com afirmação de que na Guiné-Bissau a instabilidade política sempre teve presença da elite militar. Conforme foi visto anteriormente, sempre houve vários golpes de Estado nesse país logo após a independência. O primeiro golpe ocorreu em 1980, comandado por João Bernardo Vieira, contra o governo de Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral), que foi escolhido primeiro presidente guineense pelo PAIGC. Devido a esse golpe, a Guiné-Bissau e o Cabo Verde, dois países irmãos que se uniram para lutar pela independência conjunta, separaram-se.

De 1994 até a realização da última eleição multipartidária em 2014 para o governo e presidência da República (após vinte anos da experiência com a democracia), o país teve vários levantamentos militares dos quais muitos foram golpes de Estado, acompanhados de assassinatos de adversários civis e militares. As visões sobre a influência militar e ação da elite política serão analisadas a seguir, de acordo com os entrevistados, nossos interlocutores da pesquisa.

Visões sobre a instabilidade política

Iniciemos a interpretação de dados com afirmação de que a instabilidade política teria a ver com a participação e presença dos militares na vida política guineense. Tal presença pode ser vista como resultado do processo histórico de desenvolvimento político da luta de libertação nacional tendo em conta o papel que os militares assumiram nesse processo.

A história política guineense foi sempre construída a partir da participação ativa dos militares no seu processo de construção. Os militares constituem o elemento chave e principal força na conquista da independência em 1973, frente ao poder colonial português [...] devido ao papel que desempenharam na luta armada de libertação nacional e na formação das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), braço armado do PAIGC. Os militares têm agido em flagrante violação aos princípios básicos democráticos do país ao longo dos últimos desaseis anos de experiência com a democracia multipartidária (Entrevista 1, 02 de novembro de 2014).

A experiência com a democracia tem sido difícil. Toda vez que acontece um novo golpe de Estado realizam-se novas eleições, organizadas por governos de transição. Entretanto, acontece que ocorre um novo golpe de Estado. Um dos nossos entrevistados afirma que o golpe de Estado de 1980, que acabou com a política de unidade entre Guiné e Cabo Verde, comandado por João Bernardo Vieira, teria sido a razão principal que facilitou os sucessivos golpes na Guiné-Bissau. Um Jurista guineense, nosso entrevistado, assegura que:

A instabilidade na Guiné-Bissau iniciou-se com o golpe de Estado de 1980. A partir desta altura, nunca mais conhecemos a estabilidade política e a mesma passou a fazer parte do nosso quotidiano transformando-se numa situação estrutural que mina a própria existência do nosso Estado. O foco da instabilidade foi há muito identificado, neste particular, a luta pelo poder no interior do PAIGC cujas origens remontam a luta armada. O PAIGC enquanto partido libertador não interiorizou a democracia liberal e aceitou com azia a separação entre o partido e Estado. Esta realidade política, aliada ao culto de personalidade muito arraigado no seu seio arrastou o país para a guerra civil de 1998. A aceitação do jogo democrático após a abertura política de 1991 e a sua concretização com as eleições de 1994 não foi fácil mesmo para os partidos ditos democráticos, PRS, por exemplo. Este partido nunca aceitou voluntariamente os resultados eleitorais e, consequência, colocou em causa não só a seriedade do ato eleitoral como também da democracia em geral. (Entrevista 2, 19 de novembro de 2016).

Conforme observamos, dois dos entrevistados colocaram os militares no centro de golpes de Estado. Esta fala coincide com a fala do primeiro entrevistado no que tange ao poder militar, mas diferencia-se daquela quando atribuiu a origem da instabilidade guineense ao golpe de Estado de 1980. Esse jurista afirma também que o PAIGC, enquanto partido libertador, não interiorizou a cultura política democrática, da mesma forma que os outros partidos políticos do país ditos democráticos, enfatizando o caso do Partido da Renovação Social (PRS). Um exemplo disso é a recusa de resultados eleitorais, o que tem colocado em causa o processo de estabilização do país.

Ainda sobre a instabilidade política e institucional na Guiné-Bissau, um entrevistado cientista político guineense elenca os interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos da nação e uso arbitrário da força contra adversários políticos. Outro aspecto apontado por ele tem a ver com questões regionais e internacionais, isto é, questões da geopolítica envolvendo interesses de organizações estratégicas, nomeadamente dos países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que engloba quinze países, por um lado, em contradição com os interesses dos países membros da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa, por outro lado. A Guiné-Bissau faz parte das duas organizações, o que tem gerado disputas. Segundo um dos entrevistados:

A instabilidade política na Guiné-Bissau apresenta vários fatores interligados entre si. Em primeiro lugar, no que se refere ao poder das Forças Armadas que antecede o Estado. Em segundo lugar, há que considerar (in) definição geopolítica e política externa, que são visivelmente recorrentes entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Existem forças políticas importantes, novos atores, que se aproveitaram das mudanças de circunstâncias visando estabelecer bases sociais que os habilitem articular novos poderes. Vários grupos aproveitaram as oportunidades proporcionadas pelo novo contexto - incluindo as articulações com atores internacionais - para organizar e projetar internamente, forçando o Estado a reagir às novas mudanças no cenário político. Uma grande variedade de atores sociais e políticos tentaram influenciar e jogar um papel na reconfiguração da nova ordem política em nome da democracia. Neste contexto, os militares não ficaram de fora e

nem devem ser vistos como estranhos ou diferentes, nessas disputas. É daí que advém as fragilidades do Estado a própria instabilidade política na Guiné-Bissau (Entrevista 3, 24 de novembro de 2016).

Este entrevistado aponta grupos que aproveitam da instabilidade política para se projetar no novo contexto e influenciar o jogo político, forçados a reagir às pressões e demandas de interesses individuais, estranhos aos interesses coletivos do país. Outro elemento importante apontado por outro interlocutor/entrevistado tem a ver com fatores internos e congruências decorrentes do conflito de 1998, falta de capacidade institucional do Estado, déficit democrático e autonomia do poder militar sobre o poder civil democraticamente eleito. Além disso, a própria situação da pobreza, as carências envolvendo a satisfação das necessidades da vida cotidiana, como o alojamento, a alimentação, a educação, bem como as condições de nível econômico são fatores que estiveram na base de sucessivas instabilidades políticas.

A nível interno, podemos incluir a própria instabilidade política recorrente no contexto do conflito armado, que teve lugar entre junho de 1998 a maio de 1999. A falta de capacidade das instituições públicas no cumprimento das funções básicas do Estado; o déficit democrático das elites e partidos que se manifestam na necessidade de uma maior independência do poder judicial; maior controle sobre a polícia e à insubordinação das Forças Armadas ao poder político civil. Somam-se o impacto de fenômenos transnacionais, como o tráfico de droga e a criminalidade organizada; os elevados níveis de pobreza; a fraca diversificação da estrutura econômica e a grande dependência da ajuda externa para arcar com o orçamento do Estado. Esses são pontos cruciais no que se diz a instabilidade política na Guiné-Bissau, onde tem um forte grupo de elites no poder há anos controlando a máquina do aparelho de Estado, com nepotismo velado, alto índice de corrupção e crime organizado, ou seja, a instabilidade parte dessa luta pelo controle dos bens público e não um projeto de nação. (Entrevista 4, 09 de outubro de 2015)

O impacto do crime organizado, dos interesses pessoais, da ineficiência do sistema judiciário, nepotismo, corrupção, entre outros desafios são questões internas apontadas por este entrevistado. Essa fala aproxima-se de Fafali Koudawo (2000), o qual firma que o conflito e as intrigas entre os aliados do ex-presidente João Bernardo Vieira conduziram o país a uma guerra civil em 1998. A permanência excessiva do ex-presidente à frente do PAIGC, partido libertador, como forma de se manter no poder, possibilitou uma cultura de golpes bem-sucedidos em várias décadas de experiência democrática multipartidária.

A instabilidade política tem vindo a constituir uma preocupação muito fundamental para a Guiné-Bissau. Ao longo dos anos, sobretudo pós-independência, foram experimentados vários modelos e escolhidas opções de governação e já se concluiu que não há alternativa ao entendimento, a coesão, a reconciliação, a paz e o desenvolvimento. Foi instaurada a política baseada no princípio de que para eu viver você terá que perder. Aliás, isso desvenda as raízes dos problemas que assolam e afetam a sociedade guineense em geral e em particular o sector político e castrense como entraves à construção duma nação pautada na unidade e progresso, lema da luta de libertação. A instabilidade política repercutiu-se em fragilidade do próprio sistema político assumido semi-presidencialismo. O desrespeito, senão a ignorância, sobre o

princípio de separação de poderes resulta em conflitos sucessivos contra o princípio de interdependência de poderes. Há toda necessidade de uma força armada modernizada e um sistema político adequado. (Entrevista 5, 09 de outubro de 2015)

A célebre ideia de três poderes harmônicos e independentes entre si, que são o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário, tal como formulado por Montesquieu na França; também esses poderes são referidos como motivo de instabilidade política na Guiné-Bissau. Entretanto, o objetivo dessa separação de poderes é evitar que o poder se concentre nas mãos de uma única pessoa. Eles (os poderes) devem funcionar de forma separada, independente, mas articulados, mantendo, portanto, a tri participação dos poderes políticos. Todavia, essa questão continua presente quer na Guiné-Bissau, quer no debate dos teóricos institucionais do ocidente. A questão que se coloca é como assegurar o controle do exercício de poder de tal modo que não seja possível que o mesmo destrua os princípios para cuja promoção ele foi no Ocidente e adotada na Constituição de República de Guiné-Bissau.

A questão da unidade e luta, fundamento da luta de libertação nacional, desenvolvido pelo PAIGC, é retomada como algo em falta para que o país se reencontre consigo mesmo. Por isso, coloca-se a questão da reforma das instituições, em especial das Forças Armadas, para que se possa efetivamente construir (e reconstruir) as estruturas governamentais na sociedade guineense. Isto porque, já concordado com Sousa (2012), o país tem assistido a momentos complicados, caracterizados por cenas infelizes, que o povo já está cansado de viver. Problemas partidários, militares e ação dos políticos colocam a questão da instabilidade política no centro de debate no país.

Problema da instabilidade na Guiné-Bissau principiou desde a independência, motivada por uma panóplia de razões, muitas delas ainda por identificar. Entretanto, nem sucessivamente aparentou o país da mesma forma ou com a mesma amplitude. Durante a vigência do regime de partido exclusivo, as guerras internas no seio do PAIGC constituíram como causa das várias intencionalidades. Com a abertura ao multipartidarismo que conduziu a democracia, retoma-se a questão de garantia de alguma estabilidade dentro do partido libertador. O fato acabou por mostrar precisamente o oposto e, ao mesmo tempo, vieram a abalar no seio do PAIGC uma fragilidade. Esta vulnerabilidade foi algumas vezes controlada acabando por ter pouco grande valor em termos de agitação do quotidiano do país (CARVALHO, 2014, p.72)

O sistema político do país nunca teve um projeto para sociedade, porquanto as ideologias políticas são individuais e partidárias, isso provocou uma grande fragilidade no sistema político guineense principalmente através da ligação dos políticos com os militares. Na visão de um analista político guineense, na Guiné-Bissau:

As forças armadas têm constituído o principal fator de instabilidade política e institucional no país. Não obstante o exercício da democracia pelo povo que tem tentado instaurar um poder civil duradouro, através do voto nas urnas, os militares

nunca deixaram de recorrer à força das armas para alterar a ordem constitucional democrática, criando situações que colocam em causa a paz e estabilidade nacional. O domínio político civil dos governos deixa de existir ou então acaba por ser forçado no seu exercício de poder pelas elites militares guineense. Todo o aparelho de Estado, incluindo a justiça, deixa de funcionar como deveria funcionar, abrindo portas à desordem interna, à impunidade, à corrupção generalizada e ao grande banditismo que alimenta a própria instabilidade política e administrativa. (Entrevista 6, 02 de novembro de 2014)

As Forças Armadas, por várias vezes, foram responsabilizadas pela comunidade internacional como um dos principais fatores de instabilidade na Guiné-Bissau, pois nunca deixaram de intervir nas questões políticas vigentes no país, como no caso das eleições presidenciais antecipadas de 18 de março de 2012, na sequência das quais uma ação militar foi levada a cabo por militares guineenses, atacando a residência do ex-primeiro-ministro e candidato presidencial, Carlos Gomes Júnior, então presidente do PAIGC, alegando defender as Forças Armadas de uma suposta agressão de forças militares da missão angolana (Missang), que estariam em Bissau em defesa da manutenção do governo de Carlos Gomes Junior.

Como diz o historiador guineenses Julião de Sousa (2012), nas vésperas da segunda volta das eleições de 2014, o país foi surpreendido por um golpe de Estado liderado pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Antônio Injai, através de uma ação militar autodenominada Comando Militar, alegando que existia um acordo secreto assinado entre o governo guineense, liderado por Carlos Gomes Junior (Cadogo), e o governo angolano que, segundo o general, visava neutralizar possível reação dos militares guineenses caso Cadogo permanecesse no poder, ou seja, se fosse eleito presidente da República.

Na reportagem feita pela Televisão da Guiné-Bissau (TGB) transmitida no dia 7 de junho de 2012 sobre a retirada das forças militares da missão angolana (Missang), instaladas na Guiné-Bissau, confirmava-se a existência de armas pesadas nas instalações dessa missão angolana, supostamente em apoio à reforma do setor da defesa e segurança. Nessa reportagem, viu-se a retirada de onze carros, tanques fortemente blindados, além dos carros da defesa antiaérea, helicópteros de guerra, vários camiões carregados de materiais bélicos e um contingente militar composto por mais de duzentos homens bem equipados.

Por sua vez, o governo angolano fala da existência de um acordo de cooperação militar assinado com o governo de Carlos Gomes Junior, alegando “ajuda de bom coração” para com a Guiné-Bissau.

Entretanto, outras razões apontadas pelos militares guineenses foram refutadas por um dos nossos entrevistados. Conforme o depoimento dele,

O documento de estratégias elaborado pelo Comité Internacional para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança de Guiné-Bissau, criado pelo Estado guineense, contextualiza e considera de muito complexo a situação, fruto de uma evolução marcada por sobressaltos, desde os finais dos anos 1990; uma situação económica frágil; uma administração da justiça que padece de influências e fraquezas, de várias ordens; uma administração pública que requeria uma profunda reforma; uma situação social estruturada por índices negativos nos setores da educação, saúde, água e saneamento; uma expansão rápida da pobreza; uma insuficiência das infraestruturas de desenvolvimento e uma progressão da criminalidade organizada. A Guiné-Bissau teve uma mudança para pluralismo democrático, tranquila, no princípio, mas que acabou com uma subversão do Estado de direito através de uma guerra provocada pela acumulação de problemas não ajustados ao longo de duas décadas, tanto nas forças de defesa e segurança, como na sociedade em geral (Entrevista 7, 09 de outubro de 2015).

A instabilidade pós conflito ficou marcada pela crónica instabilidade política, destruição das infraestruturas económicas e sociais, fragmentação da sociedade civil, que não possibilitou a necessária reconciliação na sociedade e nas forças de defesa e segurança devido aos sucessivos conflitos internos e golpes de Estado na Guiné-Bissau.

A Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 20º, diz que as forças armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei. Elas são apartidárias, isto é, no ativo, não podem desempenhar nenhuma atividade política. Ora, as deficiências da Administração Pública e da Justiça, caracterizadas pela delicada capacidade institucional, excessiva concentração, fraca capacidade de formulação, execução, pelo seguimento e pela avaliação de políticas públicas, pelas más condições de trabalho, pela falta de motivação ligada à fraca remuneração do quadro administrativo, insuficiência no combate à criminalidade, morosidade e pelo descrédito no seio da população face à justiça são questões que dificultam a inversão do quadro para consolidação da ordem constitucional no Estado democrático de direito atualmente na Guiné-Bissau. (Entrevistado 8, 09 de outubro de 2015)

Este entrevistado coloca a questão da reforma de forças de defesa e segurança, reforma nos aparelhos de Estado: justiça e administração pública, por causa da desmotivação do quadro administrativo, criminalidade e morosidade, os quais são questões que merecem ser analisadas de forma articulada com outros setores do Estado em geral, principalmente o setor militar.

Visões sobre a elite política

A história da formação da elite política guineense deu-se com o surgimento do movimento de libertação, posteriormente transformado num partido político, chamado PAIGC. Todavia, sua vanguarda era marcadamente mestiça, oriunda, especialmente, de Cabo Verde (SEMEDO, 2011). Um dos nossos entrevistados afirma que:

[...] a elite política na Guiné-Bissau surgiu depois da independência até início dos anos 90, com abertura política, mas mesmo assim tinha problemas, os problemas institucionais entre eles no período pós-independência confundem--se com a própria história da Guiné-Bissau. Após a democratização, novamente pareceu a sucessão de intrigas e rivalidades entre a classe dirigente, um pequeno elenco de personagens que procuram vencer a corrida pelo poder de uma forma cada vez mais desesperada no processo, em que acabam arrastando o país de crise em crise. Dessa forma, nota-se que a instabilidade permanente do país se deve a problemas múltiplos, interligados e, muitas vezes, de natureza institucional séria: designadamente, um quadro político frágil, um setor de segurança politicamente manipulado e o narcotráfico permanecem latentes no país como sendo um novo problema que tende a ocorrer em países com instituições frágeis e poder político corrupto e ou fáceis de corromper. O que tem acontecido na Guiné-Bissau não é isolado, pois em quase todo o continente africano a crise do Estado e os graves problemas de estagnação política e democrática contribuíram para desestabilizar e até minar as formas e os modos de controle político estabelecidos durante os primeiros anos da democratização (Entrevista 9, 24 de novembro de 2016).

Essa visão retoma questões sobre as disputas e rivalidades existentes entre a classe política, que ganhou força com o multipartidarismo, em que emerge uma elite política descomprometida com as regras do jogo democrático, enfrentando dificuldades múltiplos de diversa ordem, de natureza institucional e política. Uma das questões que pode merecer atenção nessa fala relaciona-se com a conjuntura africana, não só a de Guiné-Bissau, no que tange a seus paradoxos, apontando as variantes internas: a fragilidade do Estado de direito democrático e a sua concretização na Guiné-Bissau. Sobre a possibilidade da democracia nesse país, vale citar o depoimento de um entrevistado que, quando foi perguntado de sua visão sobre a elite política guineense, respondeu que:

As elites guineenses nasceram decadentes devido à sua inexistência antes da luta de libertação. Elas tiveram suas origens na luta armada. Não existiam no regime colonial português, pois a administração era indireta, ou seja, restrito aos “assimilados”, excluindo os nativos da “Guiné-Portuguesa”. A tal ausência da elite política faz-se sentir depois da luta armada na tentativa de afirmação do Estado, pós-independência, aumentando as disputas internas e luta pelo poder: o uso da força, uma herança da luta armada, como mecanismo de afirmação hegemônica pela liderança política da Guiné-Bissau (Entrevista 10, 23 de novembro de 2016).

A maioria dos entrevistados, durante a recolha dos dados, recusaram a dizer que a Guiné-Bissau tem uma elite política. Todavia, para teóricos ocidentais, o conceito passa pelas teorias de elites políticas, de onde também surgiu o termo elitismo. Entende-se por elite as qualidades pelas quais certos indivíduos conseguem submeter as massas ao seu poder, como, por exemplo, o *status* da autoridade legal e constitucional, com legitimidade da complementaridade de sua expressão profissional (caso de um político) ou econômica (caso de um empresário).

Concluindo, essa abordagem afirma que, em qualquer sociedade, seja ela europeia, seja ela africana ou latino-americana, há sempre uma minoria que comanda. Em nossa pesquisa, como vimos, essa minoria não é fácil ser encontrada, pois os elementos ocidentais como o diploma, a carreira, a eleição, o *status* da autoridade legal do Estado e o respeito à constituição nem sempre são levados em conta em casos de conflitos internos e golpes de Estado.

Visões sobre a elite militar

Na Guiné-Bissau, o nome da elite militar se aplicaria a casos de unidades militares com conhecimento técnico da ciência militar aplicado à prática, à doutrina, à psicologia e a outros fenômenos sociais e políticos que constituem o “estado de guerra”, de acordo com os princípios da defesa nacional (Entrevistado 11, 20 de novembro de 2016).

Na atualidade guineense, a questão da doutrina, da técnica e da psicologia, conforme os princípios de defesa militar, nem sempre se aplica tendo em conta o nível técnico do exército. Por isso, os entrevistados receiam afirmar a existência da elite militar na Guiné-Bissau.

De acordo com um entrevistado professor guineense na Guiné-Bissau, não temos uma elite militar. Quando se fala da elite militar, na concepção moderna do exército, você está-se referindo a militares com alto grau de preparo acadêmico (com mestrado, doutorado e pós-doutorado), em termos de conhecimento das ciências de guerra e da tecnologia militar (pessoas com capacidades de criar tecnologias, desenvolver a indústria militar, entre muitas outras capacidades). Nós não temos essa gente na Guiné-Bissau, questão já apontada acima por outro entrevistado, retomada na fala a seguir.

A dita elite militar é misturada das pessoas que recorreram ao exército para ter espaço de projeção fácil na vida e conseguir algo sem grande trabalho. Façam classificação da maioria dos generais, maiores, coronéis atuais, vão encontrar que boa parte nem se quer passou por algum centro de preparação militar, e se projeta velozmente para patente de alto escalão, em detrimento dos militares de carreira. Tudo isso [porque tiveram ou têm] um parente no governo ou na política que os promoveu para este cargo. Também é um grande fator de instabilidade no país. Pois este procedimento fere o estatuto militar, que infelizmente desde 14 de novembro foi praticamente eliminado do exército e as nomeações passaram a ser pelo bel-prazer de quem acha que deve fazer isso. É um grande perigo. (Entrevista 12, 28 de novembro de 2016).

Na visão desse entrevistado, professor universitário guineense, não há carreira técnico-militar. Pesa-se a questão do parentesco nas promoções para escalões de topo. A questão doutrinária, baseada na ciência militar, praticamente não existe. Isto porque

Desde a independência, a elite militar vem apresentando um forte componente dentro do Estado. Mas sobretudo depois do fim do conflito político-militar de 1998 que os militares, denominados “Junta Militar”, ganhou destaque. Suas posições e funções não são claras, particularmente quanto à pretensão do poder político civil. Esse mesmo grupo tentou de várias formas manter ou controlar diretamente o poder, o que não foi possível. A partir de então, as crises político-institucionais e os conflitos de poder começaram a ficar mais visíveis e acirrados entre as chefias das Forças Armadas e o poder executivo (Presidentes da República e Primeiros-Ministros), pelo controle de poder político e participação nos atos ilícitos, como narcotráfico, venda de licenças ilegais de pesca e corrupção ativa, entre outros (Entrevista 13, 24 de novembro de 2016).

Essa visão aparece em outros relatos. Podemos perceber que neste último relato colocam-se questões ligadas a atos ilícitos, tais como narcotráfico, venda ilegal de licenças de pesca e corrupção dos elementos das Forças Armadas, em contraposição aos princípios da defesa nacional e da ciência militar atualmente existentes no país.

Visões sobre 12 de abril 2012

Na Guiné-Bissau, as questões de crises e golpes de Estado sucessivos foram discutidas entre vários acadêmicos; entretanto, de acordo com os relatos de muitos entrevistados, o golpe de 12 de abril de 2012 teve influência de outros golpes, uma espécie de conflitos acumulados não resolvidos entre as classes políticas e militares. Isso abriu espaço para o envolvimento dos militares nas questões políticas e partidárias e passaram a ser os principais gestores da governação guineense. Para um dos nossos entrevistados, estudante guineense, a instabilidade política não tem um período ou momento específico:

Não tem como numa profunda abordagem da instabilidade política da Guiné-Bissau reduzi-la a um período específico ou a um determinado acontecimento como tem sido em algumas produções acadêmicas ou debates acadêmicos. Na minha opinião, a luta armada, seus efeitos negativos, uso da força como mecanismo de domínio, o rescaldo do colonialismo, ao longo da independência, dilema da democratização condicionada de fora para dentro, contra a vontade interna, no sentido de criar estruturas, ou seja, ambiente social desde interior do partido [PAIGC] até na sociedade em geral. Em cada período da vida da Guiné-Bissau, nota-se uma translação de aspetos negativos para uma nova era. Isso não só prolifera as crises, como também deixou estado cada vez mais debilitado socialmente, economicamente, culturalmente e principalmente politicamente. Portanto, a política deixou de ser uma crença de prestação de serviço a nação, como meio pelo qual cidadão pode exercer seus deveres e direitos, contribuir pelo bem-estar coletivo, e passou-se a ser um mecanismo através do qual os interesses individuais se subpõem aos interesses coletivos da nação. (Entrevista 14, 23 de novembro de 2016)

Antes de 12 de abril de 2012, data de deposição do governo de Carlos Gomes Junior, a situação política, social, econômica e cultural do país não era o esperado. O peso da luta armada de libertação e os interesses individuais das elites militares e civis foram razões

que marcaram a instabilidade política nesse período. Este entrevistado chama atenção sobre as produções acadêmicas que, em sua análise, delimitam o espaço temporal do conflito. E afirma que não é uma tarefa fácil essa delimitação, pois trata-se de acontecimentos interligados, articulando fatores internos e externos, como, por exemplo, o condicionalismo do processo de abertura para a democracia, imposta de fora para dentro.

Fatores internos são ressaltados por outro entrevistado. Para quem “a instabilidade política na Guiné-Bissau tem a ver com a má realização do trabalhado de casa, proporcionando educação de qualidade para todos antes de ensinar as regras de convivência democrática” (Entrevista 15, 24 de novembro de 2016). A quebra de confiança, envolvendo civis e militares, foi apontada por outro entrevistado como um dos fatores que teriam conduzido o golpe de Estado de 12 de abril contra o governo de Carlos Gomes Junior:

São rescaldos de conjuntos dos problemas ocultados com algumas reproduções do passado, mas sem rejeitar também certas singularidades evidenciadas nos anteriores golpes de Estado, onde procuram, ambas as partes [envolvidas no golpe], justificar seus comportamentos e atitudes em detrimento de uma nobre causa, mas no fundo estariam múltiplas causas em jogo que não vêm à luz do dia. O 12 de abril, assim como outros sobressaltos anteriormente ocorridos no país, mostrou múltiplas interesses em jogo. Mas, na minha percepção, tem a ver com a quebra de confiança, pensamento único, limpeza política, intolerância ideológica que trasbordaram para as Forças Armadas (Entrevista 16, 23 de novembro de 2016)

Julião de Sousa (2012) faz uma análise desse acontecimento, afirmando que:

Nas lutas pelo poder entre a elite política e os partidos [políticos], os militares foram arrastados. Mas talvez a mais forte está relacionada com a dúvida que a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da 2ª volta das eleições veio atizar. Estamos absolutamente convencidos de que, se Carlos Gomes Junior não tivesse passado para 2ª volta das eleições, não haveria golpe. Portanto, foi um golpe de estado contra a candidatura do chefe de governo à presidência da República (SOUSA, 2012, p.103)

Na véspera do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, início da campanha eleitoral para a segunda volta da eleição presidencial guineense, os militares ocuparam pontos estratégicos da cidade de Bissau, entre eles a sede do PAIGC, e atacaram a casa do ex-primeiro-ministro. O presidente interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência pelos militares, assim como o ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Junior. Para Sousa (2012), a razão principal do golpe tem a ver com a (in) constitucionalidade de Carlos Gomes Junior em sair como candidato, uma vez que a sua função no governo não tinha terminado em termos constitucionais.

Perante este cenário de golpe de Estado, o general Antônio Injai⁴, autor do golpe, durante a sua intervenção, em Crioulo, em conferência sobre a reconciliação nacional na Assembleia Nacional Popular (ANP), acusou os governantes e a sociedade civil por serem os responsáveis pelo golpe de 12 de abril. Afirmou, ainda, que convocou uma reunião com tais instituições com o objetivo de procurar soluções, antes que seja tarde demais, mas ninguém se preocupou. Um dos nossos entrevistados afirmou que:

O 12 de abril poderia ser um bom momento para modificação e colocar o país no eixo para o verdadeiro desenvolvimento, poderia tirá-lo da propriedade privada e devolvê-lo ao povo guineense, mas, infelizmente, isso não ocorreu, acabou terminando na guerra intestinal e, pior, criou anarquia total no país. Lamentável! Essa era grande ocasião para que o país analisasse o fundo dos problemas (Entrevista 17, 28 de novembro de 2016).

O golpe de estado de 12 de abril é resultado da disputa geopolítica entre grupos estratégicos, principalmente entre a República Federativa da Nigéria, no Golfo da Guiné, principal economia da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com maior poder militar, por um lado, e a República de Angola, na Costa Atlântica Sul da África Ocidental, segunda maior economia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seguida a do Brasil, por outro lado, cada um procurando influenciar a política nacional do Estado guineense e defender seus interesses políticos e largar suas influências militar e econômica na Guiné-Bissau, e, conseqüentemente, aumentar suas influências em toda África Ocidental. Como afirma um entrevistado

O golpe de 12 de abril 2012 é uma consequência da geopolítica. De um lado, a Nigéria, que quer impor-se como potência militar e econômica na África ocidental. E, de outro lado, a Angola, que quer alargar a sua influência econômica e militar aos outros PALOP. Na intercepção deste jogo geopolítico surge o Senegal e Burquina Faso, apoiados pela França, na África ocidental, para a defesa dos interesses franceses. De lembrar que o chefe de estado maior especial da CEDEAO, Blaise Campaore, visitou oito vezes a Guiné, nos seis meses que antecederam o 12 de abril. Nestas visitas reunia só e exclusivamente com o Chefe de Estado Maior General, e nunca com as autoridades políticas. Nestas idas e voltas, supostamente, convenceu este último para protagonizar o 12 de abril. Não é de admirar que, logo após o golpe, a CEDEAO enviou de imediato um emissário para consolidar o golpe e impor o novo presidente. O papel de Portugal não é de ignorar, pois queria o retorno da legalidade democrática, inclusive, enviou a fragata Vasco da Gama e uma força de dissuasão para ver se conseguia, mas a CEDEAO apoiada pela França fez um jogo de antecipação, conseguindo que o Conselho de Segurança mandasse a organização para resolver a crise guineense. Da encruzilhada geopolítica, emergiu Ramos Horta, emissário da ONU, timorense, a primeira pessoa a pronunciar-se sobre o golpe em que disse que foi solicitado pelos golpistas para servir de mediador. Esta sua posição demonstra claramente que o 12 de abril é um perigoso labirinto geopolítico, em que as forças em presença tentaram introduzir as suas marionetes com o único fito de apropriarem dos recursos minerais da Guiné-Bissau. Não devemos esquecer que foi o embaixador da

⁴ Intervenção do general António Injai na Assembleia Nacional Popular. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=smucvErNoVk>> Acesso em 02/12/2016

Rússia a anunciar a existência e exploração das areias pesadas de Varela que, até hoje, está num impasse. (Entrevistado 18, 19 de novembro de 2016)

Consequentemente, para além da Nigéria e Angola, entraram novos países na disputa, das quais, Burkina Faso, Senegal, Rússia e Nações Unidas, aparecem como atores geoestratégicos envolvidos, aumentando o leque de interesses geopolíticos, envolvendo tais países. As dificuldades do Estado guineense são evidentes. Não há o controle da soberania e o Estado é fraco; em muitos casos, ausente, as influências externas predominam. Nos partidos políticos predominam mais interesses pessoais, marcados por uma cultura política autoritária, herdada da luta de libertação nacional. A concentração do poder nas mãos de uma única pessoa tem gerado, segundo entrevistados, abusos, como ocorreu em golpes de Estado, quer por parte dos governos civis, quer por parte dos militares. Para os entrevistados, o poder deve funcionar de forma separada, independente e articulada, o que não tem acontecido na Guiné-Bissau. A questão da constitucionalidade do governo de Carlos Gomes Junior, que saiu como candidato sem que terminasse seu mandato, também é apontado como uma das motivações do golpe de Estado no país.

Além disso, a estrutura do Estado colonial também foi apontada, uma vez que a formação de elites pelo PAIGC não conseguiu resolver os problemas herdados da colonização. O militarismo passou a ser entendido como o lugar privilegiado do enriquecimento fácil sem trabalho, articulando diversos interesses geopolíticos de grupos internos e externos. Apesar dos desafios, que não são poucos, a Guiné-Bissau continua fazendo seu percurso de construção e reconstrução para superar a cultura autoritária, ampliar o papel do Estado e consolidar sua democracia. As percepções dos entrevistados mostraram esse desejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau teve várias faces (internas e externas). No quadro interno, há que considerar a presença dos militares na vida política nacional. A relação dos civis com sucessivos golpes de Estado tem sido apontada como problema para a consolidação do Estado, que não consegue satisfazer as necessidades básicas da população guineense. Por isso, o crime organizado tem sido aproveitado para alargar suas influências, corrompendo elementos do Estado, inclusive elementos das Forças Armadas.

A nível externo, há que considerar as relações geopolíticas e os atores regionais e internacionais em relação aos espaços da disputa e influência política, militar e econômica. As disputas de poder entre a Nigéria e Angola é um exemplo disso. As Forças Armadas guineenses inserem-se como um dos atores chaves na disputa política. A consolidação da soberania, as políticas públicas, a luta contra pobreza e desigualdade, o controle civil democrático sobre ações dos militares, o respeito às regras e práticas democráticas, como a tolerância, a justiça e a educação de qualidade são fundamentais para o funcionamento do Estado e da democracia, contra sucessivos conflitos e golpes de Estado, que ameaçam a democracia. As visões sobre o 12 de abril reforçam tais elementos.

Ao focalizar a questão do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 e a participação dos militares na vida política nacional, este trabalho busca também contribuir para o conhecimento da dinâmica política guineense num dos seus aspectos ainda pouco trabalhados: a política contemporânea; além do fato de revelar aspectos geopolíticos e geoestratégicos da vida de um dos países institucionalmente desafiador do ponto de vista político e militar.

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nações, identidades e pos-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.
- BOBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, Pires Santos Celina de. **Guiné-Bissau**: instabilidade como regra. 2014. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5960/Celisa%20Carvalho%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 ago 2016.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009.
- DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné**: aspecto de uma revolução africana. Lisboa: Sá da Costa, 1968.
- DJALO, Tchernof et al. Soronda. Número Especial 7 de junho. Bissau: **Revista de Estudos Guineenses**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 2000.
- DJALO, Tchernof. **O mestiço e o poder**: identidade, dominações e resistências na Guiné. Lisboa: Nova Veja, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol**: a formação do estado-nação em Cabo-Verde. São Paulo: Summus, 2002.
- KOUDAWO, F. et al. Soronda. **Revista de Estudos Guineenses**. Bissau: INEP, 2000.
- KOUDAWO, Fafali. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau: In KOUDAWO, Fafali e MENDY Piter Caribe (orgs) **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996, p. 13-59.
- LOPES, Carlos. A Guiné-Bissau a procura de um modelo social. Soronda. **Revista de Estudos Guineenses**. Bissau, 1986.
- LOPES, Carlos. **Kaabunké**: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gambia e Cassamance pré-coloniais. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- LOPES, José Vicente. Cabo Verde. **Os bastidores da independência**. Coleção Documentos para a História de Cabo Verde, Instituto Camões, Praia Mindelo, 1996.

MENDY, P. K. et al. **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996.

MENDY, Peter Karibe. **O colonialismo português em África: a tradição da resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959**. Lisboa: Imprensa Nacional. Bissau: INEP, 1994.

READER, John. **África: biografia de um continente**. B.H: Tito Lyon de Castro, 2002.

SEMEDO, R. J. et al. Tenções mundiais. **Revista do observatório das nacionalidades**. Fortaleza: Eduece, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOARES, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a distribuição de um país**. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional. Coimbra. 1-edição. Setembro, 2012.

SOARES, Castros Rodrigues Luís Tiago de. **A paz na Guiné-Bissau: o papel da etnicidade na Reforma do Setor da Defesa e Segurança**. 2013. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24716/5/TiagoSoaresMTh.pdf>>. Acesso em 20 mai 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2004**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e estado**. Recife: Editora da UFPE, 2015.